

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA  
LATINA (PPGICAL)**

**REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
IMIGRANTES EM FOZ DO IGUAÇU DE 2017 A 2024 COM ÊNFASE NA  
POPULAÇÃO HAITIANA DISCENTE NA UNILA**

**MARCELO PATROCÍNIO BRUZINGA**

Foz do Iguaçu  
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA  
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
IMIGRANTES EM FOZ DO IGUAÇU DE 2017 A 2024 COM ÊNFASE NA  
POPULAÇÃO HAITIANA DISCENTE NA UNILA**

**MARCELO PATROCÍNIO BRUZINGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri

Foz do Iguaçu  
2025

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

B914

Bruzina, Marcelo Patrocínio.

Reflexões sobre o alcance das políticas públicas para imigrantes em Foz do Iguaçu de 2017 A 2024 com ênfase na população haitiana discente na UNILA / Marcelo Patrocínio Bruzina. - Foz do Iguaçu, 2025.  
57 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós- Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientador: Felix Pablo Friggeri.

1. Política Pública. 2. Haiti - Imigrantes. 3. Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.  
I. Friggeri, Felix Pablo. II. Título.

CDU 35.077:314.15(81:729.4)

MARCELO PATROCÍNIO BRUZINGA

**REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
IMIGRANTES EM FOZ DO IGUAÇU DE 2017 A 2024 COM ÊNFASE NA  
POPULAÇÃO HAITIANA DISCENTE NA UNILA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri  
UNILA

---

Profa. Dra. Maria Geusina da Silva  
UNILA

---

Prof. Dr. Geraldo Castro Cotinguiba  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

---

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães  
UFMG e PUC MG

---

Profa. Dra. Renata de Melo Rosa  
Instituto Maria Quitéria

Foz do Iguaçu, 04 de junho de 2025

Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe Teresinha Maria de Jesus Bruzinga, cuja força e amor incondicional me sustentaram em cada etapa do caminho.

Também dedico à comunidade negra, com quem compartilho histórias, lutas e esperanças. Este trabalho é prova de que, apesar dos obstáculos, vamos ocupar os espaços que historicamente nos foram negados. Como eu cheguei até aqui, muitos e muitas de nós também vão chegar. Que este esforço se transforme em inspiração e lembrete de que o conhecimento é, sim, nosso lugar.

Seguimos, com orgulho e consciência, abrindo caminhos para os que vêm depois.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Grande Arquiteto do Universo pela dádiva da vida e por me permitir concluir este trabalho com saúde, sabedoria e discernimento.

Ao Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri, meu orientador, expresso minha mais sincera gratidão, não apenas pela orientação, mas também pelo apoio constante, paciência e incentivo ao longo de toda esta jornada, além do trabalho sério e comprometido na coordenação do PPGICAL.

À minha companheira, Imaculada, por estar ao meu lado, compartilhando conquistas e enfrentando desafios com resiliência.

Aos amigos que fiz ao longo desta caminhada Paulo, Ivonei, Rafael, Carol, Amanda, Gilka, Indira, Manu, Luís Eduardo, Thales, Marcos, Irmã Terezinha Mezzalira, Rosane da Cáritas, Dra. Paula Gatine, Débora Oliveira da Cáritas, Helena Reisdorfer, Liliane Patzlaff, Dr. Christian Cuba, todos do Instituto de Referência Negra Peregum, e tantos outros com quem aprendi muito, sou profundamente grato pela parceria, amizade e generosidade. Suas presenças tornaram este percurso mais rico e humano.

Aos professores Dr. João Roberto Barros II, Dr. Érico Massoli Ticianel Pereira, Dr. Carlos Norberto Berger, Dr. Pedro Marcelo Staevie e Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira, agradeço pela escuta atenta, pelo apoio e pelas contribuições valorosas. Senti-me verdadeiramente acolhido por cada um de vocês, o que tornou o caminho mais significativo.

A todos os docentes do programa que, de forma direta ou indireta, contribuíram para minha formação, registro aqui minha sincera gratidão.

Por fim, expresso meu profundo reconhecimento ao Programa de Pós-Graduação da UNILA pelo apoio financeiro, viabilizado por meio do Programa de Bolsa Institucional para Estudantes da UNILA (PROBIU), o qual foi fundamental para a concretização desta jornada acadêmica.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o alcance das políticas públicas para a população imigrante no município de Foz do Iguaçu entre 2017 e 2024, com ênfase nos imigrantes haitianos discentes na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Nesse sentido, pretende-se avaliar a efetividade das leis, portarias e protocolos municipais de acolhimento, além de identificar as principais necessidades da população imigrante haitiana. O conhecimento gerado pela pesquisa contribuirá para a compreensão, para a solução de problemas e para a inovação na temática da migração. Esse conhecimento é importante não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para formuladores de políticas públicas, organizações da sociedade civil e para as próprias comunidades envolvidas. Para alcançar tal objetivo, a investigação foi realizada em duas etapas. A primeira consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica: análise de livros, artigos acadêmicos, legislações pertinentes e relatórios SISMIGRA do governo federal com os dados de entrada de imigrantes no Brasil (Foz do Iguaçu - Paraná), cuja revisão forneceu uma base teórica e um panorama geral sobre o tema, ajudando a contextualizar as políticas públicas e as práticas existentes no acolhimento de migrantes. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um grupo de haitianos discentes da UNILA residentes em Foz do Iguaçu, para identificar as principais necessidades e os desafios enfrentados por essa população. Ao final, este estudo viabiliza um conhecimento específico sobre essa temática, que poderá subsidiar o poder público na criação de normas eficazes e direcionadas a incentivar a implementação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Foz do Iguaçu, UNILA, População Imigrante Haitiana, Migração, Legislação Migratória.

## REZIME

Etid sa a genyen kòm objektif analize dimansyon politik piblik yo pou popilasyon imigran nan vil Fòs Igwasou depi lane 2017 jiska lane 2024 kote nou te rive fokis sou imigran Ayisyen ki etidye nan Inivèsite Fèderal Integrasyon Latino Amiriken an (INILA (UNILA)). Nan sans sa a, entansyon an se evalye efektivite la lwa, dekrè epi pwotokòl minisipal anba yo pèspektif akèyman, yon fason pou idantifye nesosite kominote Ayisyen an. Konesans rechèch sila a pral pèmèt gen yon pi bon konpreansyon sou fason pou solisyon pwoblèm yo epi pote bon jan inovasyon sou tèm migrasyon an. Konesans sa pa sèlman enpòtan pou kominote akademik la, men tou pou ajan gouvènman ki elabore politik piblik yo, òganizasyon sosyete sivil yo ak tout aktè ki konsène pa pwosès sila. Pou nou ka reponn ak objektif sa a, rechèch la te reyalize nan de etap. Pwemyeman yon rechèch bibliyografik: analiz liv, atik syantifik, lejislasyon pètinan epi rapò SISMIGRA gouvènman fèderal la ak done antre imigran yo nan peyi Brezil (vil Fòs Igwasou, departman Parana), revisyon sa a te bay yon baz teworik epi yon panorama jeneral sou sijè a, e ede analize politik piblik yo ak praktik ki egziste nan akèyman migran yo. Nan dezyèm etap la, nou te reyalize entèvyou semiestriktire avèk yon gwoup Ayisyen ki ap etidye nan UNILA, kap viv nan vil Fòs Igwasou yon fason pou idantifye prensipal bezwen ak defi popilasyon sa a ap fè fas. Pou fini, etid sa a debouche sou yon konsepsyon espesifik sou sijè a ki ka bay sipò a pouvwa politik la nan pwosès pou kreye règleman ki efikas pou ankouraje aplikasyon politik piblik nan kontèks migratwa a.

**Mo klè yo:** Politik Piblik; Fòs Igwasou; UNILA; Pòpilasyon Imigran Ayisyen; Migrasyon; Lejislasyon Migratwa

## RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar el alcance de las políticas públicas dirigidas a la población inmigrante en el municipio de Foz do Iguaçu entre 2017 y 2024, con énfasis en los inmigrantes haitianos que son estudiantes en la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). En este sentido, se pretende evaluar la efectividad de las leyes, ordenanzas y protocolos municipales de acogida, además de identificar las principales necesidades de la población haitiana inmigrante. El conocimiento generado por la investigación contribuirá a la comprensión, solución de problemas e innovación en la temática migratoria. Este conocimiento es importante no solo para la comunidad académica, sino también para los formuladores de políticas públicas, organizaciones de la sociedad civil y para las propias comunidades involucradas. Para alcanzar tal objetivo, la investigación se llevó a cabo en dos etapas. La primera consistió en la realización de una investigación bibliográfica: análisis de libros, artículos académicos, legislaciones pertinentes y los informes del SISMIGRA del gobierno federal con datos sobre el ingreso de inmigrantes en Brasil (Foz do Iguaçu - Paraná), cuya revisión proporcionó una base teórica y un panorama general sobre el tema, ayudando a contextualizar las políticas públicas y las prácticas existentes en la acogida de migrantes. En la segunda etapa, se realizaron entrevistas semiestructuradas con un grupo de estudiantes haitianos de la UNILA, residentes en Foz do Iguaçu, con el fin de identificar sus principales necesidades y los desafíos que enfrentan. Al final, este estudio posibilita un conocimiento específico sobre esta temática, que podrá servir de base para que el poder público cree normas eficaces y orientadas a fomentar la implementación de políticas públicas.

**Palabras clave:** Políticas Públicas, Foz do Iguaçu, UNILA, Población Inmigrante Haitiana, Migración, Legislación Migratoria.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the scope of public policies targeting the immigrant population in the municipality of Foz do Iguaçu between 2017 and 2024, with an emphasis on Haitian immigrants enrolled at the Federal University for Latin American Integration (UNILA). In this regard, the study seeks to assess the effectiveness of local laws, ordinances, and reception protocols, as well as to identify the main needs of the Haitian immigrant population. The knowledge generated by this research will contribute to a better understanding, problem-solving, and innovation in the field of migration. This knowledge is important not only for the academic community but also for public policymakers, civil society organizations, and the communities involved. To achieve this goal, the research was conducted in two stages. The first consisted of a bibliographic review: analysis of books, academic articles, relevant legislation, and SISMIGRA reports from the federal government containing data on immigrant entries into Brazil (Foz do Iguaçu – Paraná). This review provided a theoretical foundation and a general overview of the topic, helping to contextualize public policies and existing practices related to migrant reception. In the second stage, semi-structured interviews were conducted with a group of Haitian students from UNILA residing in Foz do Iguaçu, in order to identify their main needs and the challenges they face. Ultimately, this study enables the production of specific knowledge on this subject, which may support the public sector in creating effective and targeted regulations to encourage the implementation of public policies.

**Keywords:** Public Policies, Foz do Iguaçu, UNILA, Haitian Immigrant Population, Migration, Migration Legislation.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. CONTEXTO HISTÓRICO DE FOZ DO IGUAÇU, TRÍPLICE FRONTEIRA E FLUXO MIGRATÓRIO.....</b>	<b>7</b>
2.1 Breve histórico: Descobrimento e exploração de Foz do Iguaçu .....	7
2.2. A formação da Tríplice Fronteira: Processos históricos e dinâmicas regionais .....	12
2.3 Movimentos migratórios no estado do Paraná e em Foz do Iguaçu: Uma perspectiva regional .....	15
<b>3. BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA DAS MIGRAÇÕES.....</b>	<b>18</b>
<b>4. HAITIANOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E REALIDADES EM FOZ DO IGUAÇU.....</b>	<b>21</b>
4.1 Registros de entradas no Brasil e em Foz do Iguaçu .....	28
4.2 Contexto da institucionalização da UNILA.....	31
<b>5. POLÍTICAS PÚBLICAS NA INTERSEÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E TRATADOS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>33</b>
5.1 O procedimento da política pública .....	34
5.2. Legislação brasileira e tratados internacionais .....	37
<b>6. REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IMIGRANTES EM FOZ DO IGUAÇU 2017 A 2024 COM ÊNFASE NA POPULAÇÃO HAITIANA DISCENTE NA UNILA.....</b>	<b>39</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Registro de Movimentação de 2017 a 2024.....	28
<b>Figura 2.</b> Registros de entrada no Brasil de 2017 a 2024.....	29
<b>Figura 3.</b> Haitianos que declararam residência no Paraná de 2017 a 2024. ....	30
<b>Figura 4.</b> Haitianos que declararam residência em Foz do Iguaçu de 2017 a 2024. ....	30
<b>Figura 5.</b> Gênero de discentes haitianos da UNILA.....	41
<b>Figura 6.</b> Faixa etária de discentes haitianos da UNILA.....	41
<b>Figura 7.</b> Moradia de discentes haitianos da UNILA.....	41
<b>Figura 8.</b> Quantidade de pessoas com quem moram as pessoas discentes haitianos da UNILA. .....	42
<b>Figura 9.</b> Formação superior anterior de discentes haitianos da UNILA.....	42
<b>Figura 10.</b> Ano de ingresso dos discentes haitianos da UNILA.....	43
<b>Figura 11.</b> Grau de dificuldade de adaptação de discentes haitianos da UNILA em Foz do Iguaçu. ....	43
<b>Figura 12.</b> Dificuldades enfrentadas por discentes haitianos da UNILA para obter documentação necessária para residir no Brasil. ....	43
<b>Figura 13.</b> Conhecimento de discentes haitianos da UNILA acerca das políticas públicas de Foz do Iguaçu para imigrantes e estudantes. ....	44
<b>Figura 14.</b> Conhecimento de discentes haitianos da UNILA acerca do Decreto 32.607, de 2024. ....	44
<b>Figura 15.</b> Dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde pelos discentes haitianos da UNILA.....	45
<b>Figura 16.</b> Dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde pelos discentes haitianos da UNILA.....	45
<b>Figura 17.</b> Avaliação do acesso aos serviços públicos de saúde pelos discentes haitianos da UNILA.....	45
<b>Figura 18.</b> Conhecimento dos discentes haitianos da UNILA sobre os serviços de assistência social da prefeitura de Foz do Iguaçu. ....	46
<b>Figura 19.</b> Avaliação pelos discentes haitianos da UNILA sobre a acessibilidade do transporte público em Foz do Iguaçu. ....	46
<b>Figura 20.</b> Busca por emprego formal por discentes haitianos da UNILA. ....	47
<b>Figura 21.</b> Conhecimento, por discentes haitianos da UNILA, de iniciativas da prefeitura de apoio à inserção de imigrantes no mercado de trabalho.....	47
<b>Figura 22.</b> Sensação de segurança em Foz do Iguaçu por parte dos discentes haitianos da UNILA.....	48
<b>Figura 23.</b> Posicionamento dos discentes haitianos da UNILA sobre a necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas para imigrantes em Foz do Iguaçu. ....	48

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMEA – Instituto Mercosul de Estudos Avançados

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIM – Organização Internacional para Migrações

OMC – Organização Mundial do Comércio

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RN 27 – Resolução Normativa 27

RN 97 – Resolução Normativa 97

RN 102 – Resolução Normativa 102

RN 106 – Resolução Normativa 106

RN 113 – Resolução Normativa 113

RN 117 – Resolução Normativa 117

RNM – Registro Nacional Migratório

SESu/MEC – Secretaria de Educação Superior do MEC

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional de Migração

STI – Sistema de Tráfego Internacional

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as migrações internacionais têm se intensificado, especialmente na América Latina e, em particular, no Brasil. O aumento dos fluxos migratórios Sul-Sul, envolvendo pessoas de países como Venezuela, Bolívia e Haiti, dentre outros, trouxe uma nova perspectiva para o debate sobre imigração no país. Em 2020, dos 600 milhões de pessoas que compõem a população da América do Sul, 2,6% eram migrantes internacionais, esse número representa um aumento de quase 1% em relação aos dados de 2015, conforme informações da Organização Internacional para Migrações (OIM) (MOHOR, 2021; OIM, 2014). Entre janeiro de 2022 e julho de 2024, os postos de fronteira brasileiros registraram 62,3 milhões de movimentos. Durante o mesmo período, 481 mil imigrantes tiveram sua residência regularizada, sendo a maioria composta por homens (CAVALCANTI, OLIVEIRA e SILVA, 2024).

No Brasil, o fluxo migratório também se expandiu, principalmente após 2010, não só devido à tragédia ambiental ocorrida no Haiti, como também a outros fatores desencadeados pela missão de paz no Haiti liderada pelo Brasil, conhecida como Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Esta foi uma operação internacional estabelecida pela ONU em 2004 com o objetivo de estabilizar o país após uma grave crise política e social. Na ocasião, o governo brasileiro editou a Portaria nº 92, de 27 de abril de 2010, criando o Programa Emergencial Pró-Haiti na Educação Superior, cujo objetivo era contribuir para a reconstrução do Haiti, apoiando a formação de recursos humanos e a reestruturação das instituições de ensino superior haitianas. Além disso, o programa flexibilizou a entrada de nacionais haitianos em território brasileiro (BRASIL, 2010a). Em 2015, houve um aumento na migração de venezuelanos devido a fatores políticos, econômicos, sociais e humanitários, e o Brasil recebeu um número expressivo de pessoas vindas da Venezuela, com a maioria das entradas dessa população através do norte do país, pelo estado de Roraima (OBMigra, s.d.<sup>1</sup>).

O estado do Paraná, conforme relatórios do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)<sup>2</sup>, teve maior absorção da mão de obra imigrante no mercado de trabalho formal em relação aos demais estados brasileiros e, entre 2018 e 2022, o número de

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZThhMmMyNDctZDhkMS00Y2Y2LTg2NzQtOWJkZDk0YmFiODdjIiwidCI6ImVjMzU5YmExLTZmZGltNGQyYi1iODMzLWM4ZTZkNDhmODA1OSJ9&pageName=c47451134a39e637d708>. Acesso em: 22 jan. 2025.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Numero-de-trabalhadores-estrangeiros-quase-dobrou-no-Parana-entre-2018-e-2022>. Acesso em: 6 out. 2024.

trabalhadores migrantes quase dobrou no estado paranaense. No município de Foz do Iguaçu, no entanto, o cenário é semelhante ao restante do país: o número de imigrantes teve seu pico máximo em 2019, caindo em 2020 devido à pandemia do COVID-19 e retomando o crescimento a partir de 2022. Atualmente, a cidade possui em seu território pessoas de mais de 95 nacionalidades diferentes (MENDONÇA e PREZOTTO, 2023).

Nesse contexto, o aumento do número de imigrantes no Brasil, especialmente em Foz do Iguaçu, destaca-se como um fator significativo a ser considerado pelo legislativo municipal na formulação de políticas públicas e pelo poder executivo na sua aplicação e implementação no âmbito urbano. Assim, é fundamental compreender os desafios relacionados à saúde, à educação, ao saneamento básico e às oportunidades de emprego, visando o aperfeiçoamento de tais políticas para atender adequadamente a essa população de imigrantes, tal qual a de brasileiros.

O ordenamento jurídico brasileiro oferece ao imigrante garantias e deveres. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Além disso, a Lei de Migração, nº 13.445, instituída no Brasil em 24 de maio de 2017, trouxe uma abordagem inovadora sobre o tratamento dos imigrantes, substituindo a visão anterior prevista pela Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro), que foi revogada. A legislação de 1980 tratava o imigrante como um estranho, gerando desconfiança sobre ele e refletindo uma percepção equivocada, fundamentada na segurança nacional brasileira (BRASIL, 1980). A nova lei, de 2017, alinha-se à noção cosmopolita do ser humano, promovendo uma visão mais inclusiva e humanitária (BRASIL, 2017).

O presente estudo tem como objetivo analisar o alcance das políticas públicas implementadas no município de Foz do Iguaçu, no Paraná, no período de 2017 a 2024, abrangendo a vigência da nova Lei de Migração e seus impactos. O foco recai sobre os imigrantes haitianos discentes na UNILA, com o propósito de avaliar a efetividade das leis, portarias e protocolos municipais de acolhimento e políticas voltadas para dar dignidade as pessoas. Ademais, busca-se identificar as principais necessidades dessa população, fornecendo subsídios para que o poder público possa atender de forma mais eficiente às suas demandas. Por fim, pretende-se ainda expandir o conhecimento sobre a temática para que sejam criadas ações formativas e novos protocolos de acolhimento humanitário alinhados com as necessidades e percepções dos imigrantes.

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas: revisão bibliográfica e realização de entrevistas. Primeiramente, na pesquisa bibliográfica, foram analisados livros, artigos acadêmicos, legislações pertinentes e relatórios oficiais sobre a entrada de imigrantes no Brasil. Esta revisão forneceu uma base teórica sólida e um panorama geral sobre o tema, que permitiu contextualizar as políticas públicas e as práticas existentes no acolhimento de imigrantes. Na segunda etapa, foi realizado entrevistas semiestruturadas com haitianos residentes em Foz do Iguaçu. O objetivo é identificar as principais necessidades e desafios enfrentados por essa população. Os dados obtidos serão analisados para gerar informações que possibilitem verificar o alcance das políticas públicas atuais. A pesquisa, almeja disponibilizar o conhecimento adquirido que poderá servir de subsídio para que o poder público municipal possa entender as demandas do grupo pesquisado a fim de tomar ações para atendê-las.

Este trabalho justifica-se pela relevância social do tema da imigração no continente latino-americano, com destaque para o fluxo de imigrantes haitianos no Brasil, especialmente no município de Foz do Iguaçu, para estudar na UNILA, onde muitos permanecem na cidade após a conclusão da graduação ou da pós-graduação. Trata-se de um fenômeno que demanda uma compreensão mais aprofundada, alcançável apenas por meio de estudos adicionais na área. Uma análise mais detalhada desse processo contribui diretamente para o enfrentamento da aporofobia e xenofobia, promovendo o fortalecimento das políticas públicas de acolhimento humanitário voltadas aos imigrantes que escolhem Foz do Iguaçu como destino.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO DE FOZ DO IGUAÇU, TRÍPLICE FRONTEIRA E FLUXO MIGRATÓRIO

### 2.1 Breve histórico: "Descobrimento" e exploração de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu é uma cidade localizada no oeste do Paraná na fronteira com o Paraguai e Argentina (Tríplice Fronteira), e atualmente possui área territorial de 609,192 km<sup>2</sup>, com população de 285.415 habitantes, segundo o IBGE<sup>3</sup>. É mundialmente conhecida pelas Cataratas do Iguaçu e pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. No entanto, a história da ocupação humana na região vai muito além de sua fundação oficial em 10 de junho de 1914.

Antes da chegada dos europeus e da constituição de Foz do Iguaçu como município, a área já abrigava culturas humanas por milênios, sendo uma delas a população indígena Guarani que, dentre as inúmeras violências sofridas, destacam-se a escravização e o despojo de grande parte de suas terras (ROCHA, 1991). Pesquisas desenvolvidas pelo setor de arqueologia da Universidade Federal do Paraná nas áreas que hoje compõem o reservatório de Itaipu, antes de sua formação, revelaram vestígios da presença humana na região datados de 6.000 a.C. Entre os anos de 1541 e 1542, o explorador espanhol Álvarez Núñez Cabeza de Vaca, guiado pelos indígenas que habitavam a região, chegou ao rio Iguaçu e registrou oficialmente as Cataratas do Iguaçu (PARELLADA, 2013).

Conforme a obra do Prof. Dr. Micael Alvino da Silva, *Breve Histórico de Foz do Iguaçu*, após a chegada dos colonizadores em terras já ocupadas por nativos, houve a “descoberta” de um continente, de um país ou de uma maravilha da natureza, dependendo da perspectiva histórica adotada. Os colonizadores narram que enfrentaram sol escaldante, chuvas torrenciais, doenças contagiosas, feras selvagens e montanhas inexploradas. No entanto, essa narrativa de descoberta é mais complexa, pois essas terras já eram habitadas por pessoas. “(...) Embora tivessem nome, cultura e história, todos foram chamados de índios (...)” (SILVA, 2014, p.18)

No período colonial (do descobrimento à independência), a região de Foz do Iguaçu não teve relevância econômica significativa, uma vez que, naquela época, o que atraía o interesse das coroas europeias eram riquezas como ouro e prata. Produtos nativos, como erva-mate e madeira (que mais tarde seriam explorados) não despertavam o mesmo interesse naquele momento. Assim, em vista da ausência de ouro e prata, essa região permaneceu praticamente inexplorada (embora não deserta e desabitada) até cerca de 1850 (FREITAG, 2022; SILVA,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em 21 de agosto de 2024.

2014).

Conforme registros históricos, a área onde hoje se localiza Foz do Iguaçu foi invadida pela Espanha, enquanto outras partes do território brasileiro estavam sob domínio de Portugal. Houve diversos tratados para delimitar as fronteiras, sendo o primeiro o Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu o mundo extra-europeu, incluindo o Brasil, em duas partes: uma sob o domínio da Coroa Portuguesa e a outra da Coroa Espanhola. Devido às frequentes violações dessa divisão, foi necessário formalizar novos tratados: Tratado de Madri (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777). Considerando esses tratados, conclui-se que a região oeste do Paraná, onde está Foz do Iguaçu, pertenceu à Espanha até 1750, quando Portugal assumiu o domínio (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

Durante o período de colonização espanhola na região, houve intensa atividade metropolitana no atual Paraná, especialmente na região oeste. Os espanhóis fundaram, na segunda metade do século XVI, as cidades de Ontiveros (mais próxima de Foz do Iguaçu), Ciudad Real del Guairá e Villa Rica del Espíritu Santo. Entre 1610 e 1623, os padres jesuítas estabeleceram 15 missões na região, incluindo a de Santa María, que também era próxima da atual Foz do Iguaçu. O principal objetivo dessas missões era a conversão dos povos nativos ao cristianismo, mas essa população foi destruída, entre outros fatores, pela ação dos bandeirantes paulistas (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

Ao longo dos desdobramentos históricos que levaram à independência do Brasil, a região de Foz do Iguaçu permaneceu sem vigilância efetiva por parte das autoridades brasileiras. Aproveitando essa falta de controle, organizações de exploração argentinas (*obrajes*) exploravam a região por meio de acordos de navegação. Embarcações argentinas subiam o rio Paraná com dois objetivos principais: levar mercadorias de origem argentina aos moradores da parte brasileira e trazer erva-mate destinada ao promissor mercado argentino. Essa atividade comercial estabeleceu uma dominação econômica tão significativa na região que, no campo cultural, passou a predominar a influência de países colonizados pela Espanha evidenciada, por exemplo, pelo uso generalizado da língua espanhola entre os brasileiros locais (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

Durante o período imperial, colônias militares foram implantadas com o objetivo de proteger territórios considerados estratégicos. Este foi o instrumento que o governo utilizou para se fazer presente na região. As colônias foram criadas em 1888 pelo então Ministério da Guerra, mas somente em 1889 foram efetivamente estabelecidas. Ao redor delas, começou a se formar uma sociedade composta majoritariamente por migrantes (SILVA, 2014).

Uma das funções dos militares da colônia foi decidir sobre a concessão de terras àqueles

que se comprometessem a cultivá-las. Como mencionado anteriormente, os *obrajes* já atuavam na região, mas a chegada das colônias militares transformou a dinâmica política local. As concessões privilegiavam imigrantes europeus, seguindo o modelo de colonização do Rio Grande do Sul, e não ofereciam os mesmos direitos aos imigrantes aliciados para servir como mão de obra (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

Nesse contexto, é possível observar uma discrepância no tratamento das pessoas migrantes, o que pode ter contribuído para as desigualdades sociais. Na época da chegada da colônia a Foz do Rio Iguaçu, os militares realizaram uma contagem da população local, registrando 212 paraguaios, 95 argentinos, nove brasileiros, cinco franceses, dois espanhóis e um inglês, totalizando 324 pessoas. Isso demonstra que, desde o estabelecimento da colônia militar, a parte brasileira da Tríplice Fronteira é marcada pela diversidade cultural e pela forte presença de imigrantes (SILVA, 2014).

Durante o século XIX, a região de Foz do Iguaçu foi caracterizada por disputas territoriais e pela coexistência de comunidades indígenas e de colonizadores. Com o crescimento econômico e a crescente importância estratégica da área, a necessidade de organização política tornou-se evidente. Assim, no final de 1853, o Paraná foi emancipado, tornando-se um novo estado brasileiro e em 14 de março de 1914, Foz do Iguaçu obteve sua própria emancipação política, consolidando-se como uma parte significativa do território paranaense. A região do Paraná também atraiu imigrantes europeus, incluindo eslavos (poloneses e ucranianos), alemães e italianos.

A partir de 1920, tanto os relatos de viajantes, quanto os jornais curitibanos, como a *Gazeta do Povo* e *O Dia*, começaram a denunciar uma situação que precisava ser revertida. Como ilustração, em 1º de novembro de 1924, o jornal *O Dia* publicou uma narrativa sobre o encontro de um viajante com uma mulher brasileira na região de Foz do Iguaçu. A fala da personagem evidencia a influência cultural hispânica na região, expressa na seguinte declaração em espanhol: 'Soy Brasileira, Señor, gracias a Diós, pero como me crié entre paraguayos...' ('Sou brasileira, senhor, graças a Deus, mas como fui criada entre paraguaios...') (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

Na época, havia uma crescente preocupação entre setores intelectuais curitibanos sobre a possível perda do território. Embora a região pertencesse fisicamente ao Brasil e, conseqüentemente, ao Paraná, simbolicamente ela não parecia integrada ao resto do país. Daí surgiram denúncias, tanto contra os exploradores argentinos, quanto em relação ao descaso do governo brasileiro para com a região. As demandas desses intelectuais foram atendidas apenas em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Por decreto, Vargas introduziu medidas

de nacionalização, como a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa e a exigência de que as transações comerciais fossem realizadas em moeda nacional (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

Mesmo após a imposição das novas regras, a exploração predatória de erva-mate e de madeira na região perdurou até por volta de 1940, moldando profundamente o modo de vida local. Esses recursos eram extraídos e transportados pelo rio Paraná até a Argentina, utilizando como mão de obra pessoas atraídas para a região pelos empresários, que eram proprietários dos *obrajes* – organizações de exploração responsáveis pela extração e transporte de erva-mate e madeira. Esses empresários obtiveram concessões de terras junto ao governo brasileiro durante o período de 1800 a 1850, cuja contrapartida deveria ser a abertura de estradas, construção de ferrovias e realização de outras obras de infraestrutura para integrar o território paranaense. Na prática, esses compromissos não foram integralmente cumpridos: os empresários argentinos extraíam a erva-mate e a madeira de áreas maiores do que as concedidas e transportavam os recursos diretamente para a Argentina, que de lá seguiam rumo à Europa (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

O processo de extração e transporte de erva-mate e madeira era viabilizado pelas figuras dos *mensus*, trabalhadores braçais recrutados pelos comissionistas vindos tanto do Paraguai quanto da Argentina. O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, em seu livro *Os Índios e a Civilização* (1970), os chamou de “guaranis modernos”. Após a destruição causada pelas missões jesuíticas, parte das tribos guarani que as habitavam a região fundiu-se com a população rural e urbana do Paraguai, onde os indígenas urbanos foram classificados como guaranis modernos. Outra parte desses povos fugiu para as matas, juntando-se aos grupos que haviam permanecido independentes e retomando a antiga vida de lavradores e caçadores (RIBEIRO, 1970, p. 83).

Os *mensú* — trabalhadores rurais contratados e pagos mensalmente — geralmente eram pessoas em situação de vulnerabilidade social no interior do Paraguai ou da Argentina, recrutadas para atuar em terras distantes. Para atrair trabalhadores, os comissionistas ofereciam adiantamentos equivalentes a dois ou três meses de salário. Esses valores, no entanto, eram frequentemente consumidos em festas organizadas pelos próprios empregadores, marcadas por excessos de bebida e prostituição.

Mais do que uma remuneração salarial direta, a relação de trabalho estabelecida nas oficinas baseava-se em mecanismos de endividamento. Os adiantamentos ocorriam, em grande parte, por meio da entrega de mercadorias, já que os donos das oficinas costumavam operar também como comerciantes, mantendo depósitos próprios. Assim, o que era fornecido antecipadamente transformava-se em dívida, vinculando o trabalhador ao empregador. Em

alguns casos, o adiantamento em dinheiro servia para recrutar mão de obra de outras regiões. Esses trabalhadores eram cobrados pelas despesas de viagem — ainda que, muitas vezes, fosse o próprio empregador quem providenciava o transporte por meio de caminhões, deduzindo posteriormente os valores que julgasse adequados como custos de deslocamento. Após receber as antecipações, o recrutado embarcava em direção ao oeste do Paraná. Ao chegar ao local, era informado de que não poderia plantar, pois tudo o que precisava estava disponível nos armazéns da empresa, onde cada trabalhador tinha uma conta. Os produtos eram vendidos a preços propositalmente inflacionados, fazendo com que o trabalhador se endividasse ao consumir itens para sua sobrevivência. Essa situação era semelhante à prática atual de tráfico de pessoas, onde indivíduos são recrutados com promessas de realização de sonhos e, quando percebem, já se encontram em situações de trabalho forçado. Esses trabalhadores permaneceram na região após o fim da exploração da erva-mate e da madeira, constituindo parte da população imigrante que ajudou a moldar o perfil populacional de Foz do Iguaçu e região (FREITAG, 2022; SILVA, 2014).

O Sr. Clemente Silva, possivelmente um dos últimos *mensus* recrutados, declarou em entrevista ao historiador Ruy Wachowicz: “Foi um conhecido que me falou: ‘Tem antecipado aí na Mate (Laranjeiras), estão querendo gente para trabalhar no erval e no Porto Mendes Gonçalves.’ Então viemos” (SILVA, 2014).

Na obra *Descoberta de Foz do Iguaçu e a Fundação da Colônia Militar*, do escritor José Maria de Brito, há relatos de 1938 em que estão registradas suas observações como membro da Expedição Militar designada pela Comissão Fundadora da Colônia Militar do Iguassu. No texto, ele descreve como a colônia colaborava com as expedições da Igreja Católica junto aos indígenas que viviam na região, fazendo com que os povos originários também fossem esbulhados de suas terras, ficando sem território, já que a concessão dos espaços era determinada pela Colônia Militar (FREITAG, 2022).

No início do século XX, a região experimentou um notável crescimento populacional: a população, esse aumento pode ser atribuído à mudança na composição demográfica, especialmente devido à chegada de mais de cem mil imigrantes ao Paraná, que trouxeram novas características à população local. Além disso, o incremento populacional também foi influenciado pelo deslocamento de pessoas de outras partes do Brasil, principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (PRIORI *et al.* 2012).

Durante a década de 1920, houve significativa chegada de imigrantes alemães e italianos, que se dirigiram principalmente para o oeste paranaense e se estabeleceram em pequenas propriedades rurais familiares, seguindo um modelo semelhante ao que havia sido

adotado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (NADALIN, 2001). Mais tarde, em 1930, o governo brasileiro promoveu o movimento conhecido como Marcha para o Oeste, incentivando a migração para a ocupação de terras fronteiriças e regiões interiores do país (PRIORI et al. 2012).

Conforme exposto, Foz do Iguaçu evoluiu de um território inexplorado para uma região de grande relevância estratégica e cultural. Sua história é marcada por disputas territoriais, colonização e pela interação de diversas culturas, incluindo povos nativos, colonos europeus e imigrantes. Esse contexto de exploração, conflito e crescimento populacional se estabelece em meio às interações transfronteiriças, no qual os processos históricos e as dinâmicas regionais moldaram a complexa relação entre Brasil, Paraguai e Argentina, tema que será tratado no próximo tópico.

## **2.2. A formação da Tríplice Fronteira: Processos históricos e dinâmicas regionais**

Na segunda metade do século XX, o oeste do Paraná, o leste do Paraguai e o nordeste da Argentina experimentaram transformações significativas: a exploração da erva-mate e da madeira (antes as principais atividades econômicas da região) perdeu relevância, assim como as vias aquáticas deixaram de ser o principal meio de transporte. Entre as décadas de 1950 e 2000, novas estruturas socioeconômicas e territoriais emergiram nessas áreas, dando origem ao que hoje se conhece como a Tríplice Fronteira (SILVA, 2014).

As transformações nessas regiões foram fortemente influenciadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no ano de 1975, uma obra monumental que contribuiu significativamente para o aumento do fluxo migratório, tanto interno quanto externo. A presença da usina atraiu milhares de trabalhadores e suas famílias, intensificando a migração e remodelando o perfil demográfico da Tríplice Fronteira. A ideia de integração regional na América do Sul já era uma prioridade para os governos da época, o que impulsionou a construção de estradas, pontes e aeroportos. Toda essa infraestrutura ampliou exponencialmente a dinâmica logística entre as cidades brasileiras e seus vizinhos Paraguai e Argentina, fortalecendo os laços comerciais e de mobilidade na Tríplice Fronteira (SILVA, 2014).

Conforme descrito no livro *Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar*, a construção de estradas já era uma das metas do governo na época da implantação da Colônia Militar (BRITO, 1938). Com o passar dos anos, após os investimentos iniciais em

infraestrutura, especialmente na construção de estradas que conectavam o oeste do Paraná à capital Curitiba, outros serviços foram implementados. Um marco importante ocorreu em meados da década de 1930, com a instalação do Correio Aéreo, que estabeleceu a rota Curitiba-Foz do Iguaçu, operando uma vez por semana e reduzindo significativamente as dificuldades de comunicação na região. Em 1972, foi inaugurado o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, que desde então vem passando por melhorias estruturais para atender à crescente demanda pela aviação civil (SOUZA, 2009; KLEINSCHMITT, AZEVEDO, CARDIN, 2013; SILVA, 2014).

Quando se trata da ampliação da infraestrutura logística da região, é importante destacar a solução definitiva para o transporte terrestre, implementada em 1969, com a inauguração da BR-277. Esse projeto não apenas atendeu às demandas regionais do Brasil, mas também fez parte da estratégia de integração regional. A BR-277 conectou-se à Ponte da Amizade, inaugurada em 27 de março de 1965, atendendo a uma antiga aspiração do Paraguai de obter acesso facilitado ao mar (SOUZA, 2009; KLEINSCHMITT, AZEVEDO, CARDIN, 2013; SILVA, 2014). Contribuindo para o fortalecimento da integração regional, a construção da Rodovia das Cataratas (BR-469) também foi um marco importante: inaugurada em 28 de maio de 1968, ela conectou o oeste do Paraná à Argentina, estabelecendo uma conexão que se tornou ainda mais significativa após a inauguração da Ponte Tancredo Neves em 29 de novembro de 1985.

Os investimentos em infraestrutura tiveram um impacto significativo no crescimento populacional dos três países que compõem a Tríplice Fronteira. No lado brasileiro, Foz do Iguaçu experimentou um crescimento impressionante, saltando de pouco mais de 16 mil habitantes em 1950, para 258 mil em 2000. No lado paraguaio, formou-se uma região metropolitana composta por Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Minga Guazú, que atingiu 389 mil habitantes em 2000 – cidades que sequer existiam na década de 1950. Do lado argentino, a população ultrapassava 30 mil habitantes em 1990, mas a economia da região, já estagnada, sofreu ainda mais com a crise econômica que atingiu a Argentina entre 2001 e 2002 (SOUZA, 2009; KLEINSCHMITT, AZEVEDO, CARDIN, 2013; SILVA, 2014).

Assim como o lado brasileiro, os lados paraguaio e argentino também receberam investimentos nos modais de transporte, com destaque para o setor aeroportuário: o primeiro aeroporto do lado argentino foi construído em 1948, enquanto, no lado paraguaio, o primeiro foi inaugurado em 1990. Esses desenvolvimentos facilitaram enormemente o trânsito de pessoas e mercadorias entre as três cidades da Tríplice Fronteira (SOUZA, 2009; KLEINSCHMITT, AZEVEDO, CARDIN, 2013; SILVA, 2014).

A formação da Tríplice Fronteira no século XX trouxe uma dinâmica socioeconômica e cultural completamente distinta daquela de séculos anteriores. A configuração geopolítica da Tríplice Fronteira ao redor de Itaipu foi profundamente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional durante os regimes militares. Sob a lógica de controle territorial e combate a ameaças internas, a região passou por um processo de militarização e vigilância, mesmo diante do discurso de integração e desenvolvimento impulsionado pela construção da usina. Esse contexto moldou a Tríplice Fronteira como um espaço estratégico, marcado por tensões entre segurança, circulação transfronteiriça e interesses geoeconômicos. A integração regional, impulsionada pelos investimentos em infraestrutura, não apenas criou oportunidades de trabalho nas obras, mas também atraiu pessoas em busca das perspectivas oferecidas por uma região em plena transformação, conforme será abordado a seguir (SOUZA, 2009; KLEINSCHMITT, AZEVEDO, CARDIN, 2013; SILVA, 2014).

### **2.3 Movimentos migratórios no estado do Paraná e em Foz do Iguaçu: Uma perspectiva regional**

Existem diferentes formas de migração e, neste tópico, será abordada a migração tanto em âmbito geral, quanto regional, incluindo a migração interna, que envolve o deslocamento de pessoas entre estados e municípios de uma mesma federação, e a migração externa (imigração), ou seja, a entrada de pessoas de outros países no Brasil em busca de melhores condições de vida ou para investimento. No contexto brasileiro, a mobilidade populacional é motivada principalmente pela busca de melhores oportunidades econômicas e educacionais, além de um ambiente mais seguro para se viver. Muitas dessas pessoas migram para escapar de situações de risco, como conflitos armados ou regiões com altos índices de criminalidade, onde a sobrevivência encontra-se ameaçada (BELLI, 1997).

Na década de 1930, o Brasil iniciou um projeto de expansão, ocupação e produção territorial conhecido como Marcha para o Oeste, sob a gestão do então presidente Getúlio Vargas. Conforme discutido no primeiro tópico deste capítulo, Foz do Iguaçu recebeu atenção especial no âmbito dessa estratégia de proteção territorial, o que acabou estimulando o aumento do fluxo migratório oriundo de diversas regiões do Brasil. Muitos migrantes eram oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e demais estados da federação contribuindo para o aumento populacional na área.

Em 1943, como parte dos esforços de reaproximação entre Brasil e Paraguai, Vargas abordou a questão da dívida paraguaia (até então não quitada) na Guerra da Tríplice Aliança e assinou um decreto que perdoava essa dívida. Em 1945, começaram os estudos técnicos para a construção de uma rodovia ligando o Paraguai ao Brasil, fortalecendo ainda mais essa aproximação. Para tal, no mesmo ano, o governo do Brasil enviou ao país vizinho um estudo técnico inicial sobre a construção de uma rodovia que sairia de Assunção, passaria por Coronel Oviedo e Puerto Franco e, finalmente, chegaria ao Brasil, traçando uma rota no sentido oeste/leste que permitiria a comunicação rodoviária daquela capital com os portos brasileiros, particularmente com o de Paranaguá. Sua construção, contudo, somente veio a iniciar-se uma década depois, na Ditadura do governo Stroessner (SILVA, 2014).

Neste período, surgiu a ideia de construir uma ponte para conectar as rodovias entre Paraguai e Brasil. Com o início do governo do general Alfredo Stroessner no Paraguai, em 1954, houve uma aproximação mais evidente com o Brasil e um afastamento gradual da Argentina. Pesquisas indicam que a ascensão de Stroessner ao poder foi fundamental para esse processo de realinhamento entre as nações devido à sua afinidade pessoal com o Brasil e ao

tempo que passou com o exército brasileiro (DIAS JUNIOR, 2018).

Considerando o interesse do Brasil em se tornar um líder na América Latina, o país contou com o apoio de nações da América do Norte e Central, além de investimentos desses aliados para acelerar seu processo de industrialização. Nesse contexto, a construção de estradas e da Ponte da Amizade foi fundamental para a integração e o crescimento regional, atraindo ainda mais investimentos para a área de infraestrutura. A Ponte da Amizade facilitou o trânsito entre o Brasil e o Paraguai, sendo um importante corredor para o comércio e a circulação de pessoas, impulsionando o crescimento migratório na região (FURTADO, 2019; HOLANDA, 2011).

Outro fator significativo para o desenvolvimento regional e o aumento do fluxo migratório foi o início da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, em 1974. De acordo com a obra *Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais*, elaborada pela Escola Superior do Ministério Público da União, houve uma série de violações dos direitos territoriais do povo guarani, e considerável impacto causado pela construção da usina, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai. A construção da hidrelétrica, realizada entre 1975 e 1982, durante as ditaduras de ambos os países, resultou no alagamento de vastas áreas, incluindo territórios sagrados e históricos dos Guarani, como aldeias, cemitérios e sítios arqueológicos. Este processo levou à destruição de moradias e à desarticulação das redes sociais e familiares indígenas, impactando profundamente a vida cultural e a sobrevivência física do povo guarani (ALCÂNTARA *et al.*, 2019).

A presença histórica dos Guarani na região foi marcada por processos de colonização e desapropriação de terras, promovidos tanto por projetos governamentais quanto por interesses particulares ao longo do século XX. A invasão e a exploração do território guarani começaram com as missões jesuíticas, seguidas pelas expedições bandeirantes e pela concessão de terras à Companhia Matte Larangeira. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a Funai e outros órgãos do governo brasileiro negligenciaram a presença indígena, causando danos irreversíveis ao povo guarani. Mesmo diante de inúmeras adversidades, os Guarani se destacam por sua luta incansável pelo reconhecimento de direitos e por sua resistência ao longo das décadas. Essa trajetória inclui iniciativas voltadas à reparação histórica, bem como ações para prevenir a repetição das violências sofridas no passado (ALCÂNTARA *et al.*, 2019).

A usina Itaipu Binacional atraiu um grande número de trabalhadores para o município de Foz do Iguaçu, muitos dos quais se estabeleceram na região, criando novos bairros ao redor da usina. Na década de 1990, o crescimento das compras em Ciudad del Este, no Paraguai, também transformou a dinâmica em Foz do Iguaçu, atraindo atenção e impulsionando a

economia local. Paralelamente a esses movimentos, o setor turístico começou a se consolidar, ganhando maior importância apenas no início do século XXI. Na época, a região atraiu migrantes de todas as regiões do Brasil, incluindo estados com mão de obra qualificada, como engenheiros (HOLANDA, 2011).

Foz do Iguaçu possui a segunda maior população de imigrantes árabes do Brasil, sendo que a maioria deles é originária do Líbano, que vieram para o Brasil devido à Guerra Civil Libanesa, que ocorreu no período de 13 de abril de 1975 a 13 de outubro de 1990. O município abriga cerca de 30 mil imigrantes árabes de diversas nacionalidades, muitos dos quais estão envolvidos em atividades comerciais. Um número considerável desses imigrantes são proprietários de lojas em Ciudad del Este (MARTINS e RUSCHMANN, 2010).

Adotar-se-á um enfoque espaço-temporal para o município de Foz do Iguaçu, com base na definição de Milton Santos:

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal. (SANTOS, 1986, p. 205)

Atualmente, Foz do Iguaçu abriga 95 nacionalidades pertencentes a 29 grupos étnicos. Sua estrutura política, econômica e social é comparável àquelas de grandes municípios do Estado do Paraná. A economia local é impulsionada principalmente pelo turismo e pela logística, com um foco especial no comércio e nos serviços, consolidando-se como um dos principais destinos que influenciam as macrorregiões Sul do Brasil (MENDONÇA e PREZOTTO, 2023; PAIVA, 2014).

Essa dinâmica local pode ser compreendida à luz da teoria das migrações, que busca explicar os fatores estruturais e individuais que impulsionam o deslocamento de populações. Entre os principais enfoques teóricos estão as abordagens econômicas clássicas, que enfatizam as desigualdades de renda e oportunidade entre países ou regiões; os modelos de redes sociais, que destacam os laços interpessoais e comunitários como facilitadores da mobilidade; e as perspectivas mais recentes que incorporam elementos culturais, políticos e institucionais. Assim, compreender a presença expressiva de imigrantes em Foz do Iguaçu exige, necessariamente, um diálogo com essas contribuições teóricas que ajudam a interpretar os padrões e os impactos das migrações no espaço urbano.

### 3. BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA DAS MIGRAÇÕES

Para uma melhor compreensão da migração, serão apresentadas brevemente algumas teorias que ajudam a aprofundar o entendimento desse fenômeno social. Segundo Peixoto (2004), o tema da imigração foi amplamente ignorado pelos autores clássicos das ciências sociais durante o período em que essa disciplina se constituiu e se consolidou. No contexto europeu do final do século XIX e início do século XX, os fluxos migratórios assumiram um caráter intenso, com movimentos internos que direcionavam populações do campo para as cidades, além de migrações transoceânicas. Esses deslocamentos contribuíram tanto para aliviar o êxodo rural quanto para povoar novas regiões e continentes. Esse fenômeno, porém, não se limita às migrações internas ou transoceânicas, sendo também influenciado por contextos sociais e econômicos.

Portes e Sensenbrenner (1993 apud PEIXOTO, 2004, p. 24-26) destacam a influência das estruturas e contextos sociais na realidade econômica, argumentando que a sociologia deve ampliar sua análise além da perspectiva neoclássica. No contexto da imigração, os autores propõem o conceito de capital social, que se refere às relações sociais acumuladas que geram expectativas de ação e vínculos comunitários, frequentemente expressos em redes étnicas. Esse capital social sustenta a solidariedade, a confiança e a integração dos migrantes, mesmo que, em alguns casos, restrinja suas capacidades econômicas individuais ao mantê-los dentro de enclaves étnicos. Além disso, a dinâmica das migrações pode ser explicada, de forma complementar, pelo modelo *push-pull*, proposto por Ernst Ravenstein, que enfoca os fatores econômicos que impulsionam a decisão de migrar (PEIXOTO, 2004).

Muitas migrações são explicadas pela essência do modelo *push-pull*. Essa abordagem, ainda que de forma mais ou menos explícita, destaca que o principal motivo para a migração é o desejo do indivíduo de melhorar sua condição econômica. Nesse modelo, a decisão de migrar baseia-se em informações sobre as condições da região de origem e das possíveis regiões de destino, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e aos níveis salariais. Embora esse seja o núcleo do modelo, Ravenstein também reconhece a influência de outros fatores causais, como a distância e a realização de deslocamentos por etapas no percurso migratório (PEIXOTO, 2004). Além disso, Lee (1966 apud PEIXOTO, 2004) amplia essa perspectiva, introduzindo outros elementos que influenciam a migração, como obstáculos intervenientes e fatores pessoais (LEE, 1966 apud PEIXOTO, 2004, p. 14-15).

O argumento de Lee sobre as causas da migração é direto. Ele identifica quatro elementos que influenciam a decisão e o processo migratório: a) fatores relacionados à área de

origem, b) fatores associados à área de destino, c) “obstáculos intervenientes”, e d) fatores pessoais. Entre os fatores da área de origem, incluem-se razões econômicas, infraestruturas sociais (como escolas) e condições climáticas. Os “obstáculos intervenientes” referem-se a elementos que dificultam o deslocamento entre dois pontos geográficos, como a distância, os custos de viagem, o tamanho da família e as leis migratórias. Já os fatores pessoais explicam a variabilidade individual das decisões, considerando aspectos como o estágio da vida, contatos e fontes de informação, ou eventos inesperados. Lee também aponta uma perspectiva sociológica em sua análise, observando que, devido ao conhecimento limitado sobre os locais de destino, à variabilidade nos contatos pessoais e às influências emocionais momentâneas, a decisão de migrar raramente é completamente racional (LEE, 1966 apud PEIXOTO, 2004, p. 14-15). No entanto, a teoria do mercado de trabalho segmentado proporciona uma explicação adicional, focando nos fatores econômicos específicos que atraem os migrantes para determinadas áreas.

A teoria do mercado de trabalho segmentado revela que muitos dos fatores que atraem a migração internacional, especialmente de países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, estão relacionados aos mercados de trabalho “secundários” e, atualmente, às zonas de economia informal. A presença de atividades organizadas nesses mercados, que geralmente excluem os trabalhadores locais, tende a atrair migrantes de regiões empobrecidas. Para esses migrantes, mesmo diante de condições econômicas desfavoráveis, há a possibilidade de melhorar seu padrão de vida ou, pelo menos, gerar expectativas de mobilidade futura. Essa dinâmica fortalece a ideia de que a imigração está intrinsecamente ligada a uma “demanda” econômica específica (PEIXOTO, 2004). Portanto, o conceito de redes sociais e capital social, abordado por Portes e Böröcz (1989 apud PEIXOTO, 2004, p. 29-30), também é crucial para entender o processo migratório.

A migração também pode ser explicada pelas teorias da sociologia econômica, particularmente pelas abordagens sobre “redes sociais” e o conceito de “capital social”. Nesse contexto, os migrantes não atuam de forma isolada, seja na reflexão inicial, na concretização de suas trajetórias migratórias ou nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes compostas por conterrâneos, familiares ou até mesmo agentes facilitadores da imigração (como os “engajadores”), que oferecem informações, alternativas disponíveis e apoio tanto na mobilidade quanto na adaptação e fixação definitiva (PORTES E BÖRÖCZ, 1989 apud PEIXOTO, 2004, p. 29-30).

Essas redes sociais são essenciais para entender o fenômeno migratório no Brasil, onde, como apontam Truzzi e Monsma (2018), a discussão sobre migrantes toca em temas centrais

da sociedade, como inclusão e identidade nacional. Os autores defendem que tal discussão sempre foi um convite para abordar questões fundamentais da sociedade, como o preconceito, o racismo, a segregação, a inclusão e a mobilidade sociais, a democracia e a identidade nacional. No cenário global atual, as migrações internacionais passaram a ter maior visibilidade, não apenas devido ao aumento dos fluxos migratórios em nível mundial, mas também pelas dificuldades relacionadas à gestão de políticas migratórias. Nesse contexto, as migrações se configuram como um fenômeno que, por vezes, se revela dramático e essencial para a compreensão das complexidades sociais, além de representar um grande desafio acadêmico ao envolver uma vasta gama de elementos teóricos e empíricos. Os fluxos migratórios e de refugiados reposicionam geograficamente indivíduos com histórias e culturas distintas, que transitam por sociedades diversas, que, por sua vez, se reconfiguram em um processo complexo de interação social. Os migrantes, muitas vezes, não são bem recebidos e geram ansiedade ao serem vistos como ameaças econômicas, políticas e culturais. Em outras situações, são simplesmente ignorados ou, ainda, vistos como necessários ou até convenientes (TRUZZI e MONSMA, 2018). Essa reflexão é abordada em Moya (2018), que oferece uma perspectiva histórica mais ampla sobre as migrações transcontinentais na América Latina.

Moya (2018), ao adotar uma abordagem temporal mais ampla do que é comum no Brasil, argumenta como as migrações transcontinentais, em suas diversas formas (como o assentamento paleolítico, a conquista e o colonialismo, a escravidão, os movimentos de massa livres e as diásporas mercantis, e a forma como essas migrações interagiram com os ambientes receptores), desempenharam um papel fundamental na formação histórica da América Latina. Apoiado em uma vasta quantidade de referências, o autor, com uma notável perspectiva “geográfica”, desenvolve argumentos provocantes para refletir sobre uma série de aparentes contradições da América Latina: a região mais diversa do mundo em termos raciais, mas ao mesmo tempo a mais homogênea culturalmente; a que apresenta as mais altas taxas de criminalidade e homicídios, mas também os menores índices de guerras civis e internacionais, holocaustos e outras formas de violência coletiva, e, finalmente, aquela com os maiores índices de desigualdade social, mas que também abriga algumas das áreas mais igualitárias do mundo. Essa análise abre espaço para compreender as múltiplas facetas e complexidades das migrações, especialmente no contexto latino-americano.

#### **4. HAITIANOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E REALIDADES EM FOZ DO IGUAÇU**

O recente aumento do fluxo de imigrantes haitianos para o Brasil, iniciado em 2010, marca a inserção do país nas migrações transnacionais<sup>4</sup> do século XXI. Esse movimento reflete tanto o processo histórico emigratório do Haiti quanto as restrições impostas pelos Estados Unidos e pela Europa à recepção desses imigrantes (BAENINGER e PERES, 2017). Conseqüentemente, a imigração haitiana no Brasil envolve aspectos teóricos significativos, como o aumento do número de refugiados e deslocados internos, as novas rotas migratórias, o conceito de nacionalismo metodológico, a migração de países periféricos para a periferia do capital, e a inserção do Brasil nas migrações do século XXI. Esses fatores são fundamentais para compreender o movimento migratório haitiano, que é analisado sob a ótica da migração de crise (SIMON, 1995 apud BAENINGER e PERES, 2017). Além disso, um elemento crucial nesse processo é o papel do Estado na configuração do campo social da imigração e na definição da política migratória, sendo a emigração do Haiti um fenômeno socialmente construído. O Brasil optou pelo visto humanitário, em vez de conceder o status de refugiado, uma escolha que reflete a política migratória adotada para enfrentar a crise migratória. Apesar disso, essa migração pode ser teoricamente compreendida no contexto da migração de crise. Esse conceito, comumente utilizado para analisar populações refugiadas e deslocadas internamente, descreve um fenômeno socialmente construído, resultante de uma série de problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários (BAENINGER e PERES, 2017).

Ademais, ao expandir o conceito de migração de crise, incorpora-se um conjunto mais amplo de categorias, que inclui imigrantes com a condição de refugiado, solicitantes de refúgio, imigrantes com refúgio humanitário, imigrantes oriundos de países enfrentando crises humanitárias e refugiados ambientais. Essas categorias refletem a presença histórica da crise como fator determinante no fluxo migratório, caracterizando uma migração forçada, e demandam respostas jurídicas no país de acolhimento para lidar com a crise originada no país de origem, ao mesmo tempo em que evidenciam a crise na sociedade receptora, muitas vezes despreparada para lidar com esse tipo de imigração. No entanto, é fundamental ressaltar que essas classificações estão fundamentadas em convenções internacionais, uma vez que essas diferentes formas de refúgio estão estreitamente relacionadas aos imigrantes econômicos, evidenciando a dinâmica do mercado global e do mercado de trabalho imigrante em um

---

<sup>4</sup> O conceito de transnacionalismo (BAENINGER e PERES, 2017) mostra que o migrante não rompe com sua origem ao se instalar em outro país, mas passa a viver em redes que cruzam fronteiras.

contexto de relações hierárquicas (BAENINGER e PERES, 2017; PEIXOTO, 2004).

Adicionalmente, as condições sociais e históricas do Haiti originam uma migração de crise, em um contexto de emigração contínua. Franck Seguy (ANO), pesquisador haitiano, evidencia que as migrações haitianas não podem ser compreendidas como simples deslocamentos internacionais, mas como processos transnacionais, estruturados pela exploração econômica, pela violência racial e pela colonialidade das relações entre Haiti, República Dominicana, Cuba e Estados Unidos. O autor destaca que, desde a ocupação norte-americana, milhares de camponeses foram submetidos à *corvée*<sup>5</sup> e posteriormente deslocados compulsoriamente para os engenhos de açúcar de países vizinhos, em condições análogas à escravidão (SEGUY, 2016, p. 177-180).

Um marco dessa dinâmica foi o massacre de 1937, quando mais de 30 mil haitianos foram assassinados na República Dominicana. Segundo Seguy (2016, p. 185), o episódio expressa como as migrações estavam racializadas e vinculadas à manutenção de uma ordem social excludente, na qual trabalhadores negros haitianos eram considerados descartáveis, mesmo sendo indispensáveis ao funcionamento das plantações dominicanas.

Apesar da violência, os fluxos não cessaram. A partir da década de 1950, a presença haitiana na República Dominicana cresceu de forma exponencial, alcançando centenas de milhares de trabalhadores em 1970. Paralelamente, nos Estados Unidos, o número de haitianos já ultrapassava os 200 mil (SEGUY, 2016, p. 193-196). Atualmente, estima-se que mais de dois milhões de haitianos vivam fora do país, sendo um milhão nos EUA e cerca de 800 mil na República Dominicana (SEGUY, 2016, p. 203).

O autor enfatiza que esse processo é marcado por redes organizadas de tráfico de pessoas, envolvendo atravessadores (*buscones*), soldados dominicanos e empresários do setor açucareiro. Como aponta Seguy (2016, p. 209), “a travessia da fronteira passou a constituir um verdadeiro mercado”, no qual os migrantes eram obrigados a pagar para cruzar, correndo o risco de extorsões, deportações ou até assassinatos, como no caso de Jeannot Succès, morto por se negar a pagar novamente a guardas de fronteira. Estima-se que, todos os anos, cerca de 20 mil haitianos sejam deportados da República Dominicana (SEGUY, 2016, p. 210-212).

Outro aspecto relevante é a articulação entre as elites locais e a dominação imperialista. Um exemplo é a eliminação do rebanho suíno haitiano nos anos 1970, medida imposta pelos

---

<sup>5</sup> Corveia (do francês *corvée*) é o trabalho não remunerado e obrigatório que os servos ou camponeses deviam prestar aos seus senhores feudais ou ao Estado, principalmente na Idade Média.

Estados Unidos que desestruturou a economia camponesa e intensificou a dependência da migração para as plantações dominicanas (SEGUY, 2016, p. 217-218).

Assim, as migrações haitianas assumem caráter transnacional não apenas pelo atravessamento de fronteiras, mas porque constituem um sistema regional de exploração que conecta famílias, economias e trajetórias de vida em diferentes territórios. Como conclui Seguy (2016, p. 225), trata-se de “um processo que expressa a continuidade da colonialidade, no qual trabalhadores haitianos, privados de condições dignas em seu próprio país, tornam-se a base de mercados de trabalho precarizados em outros contextos nacionais

No contexto geral, a revolução e a independência do país foram marcos determinantes, e o desenvolvimento do capitalismo haitiano resultou de fatores como o comércio colonial, as revoltas das pessoas escravizadas, a independência e a marginalização, que geraram profundas hierarquias étnicas e de classe. Conseqüentemente, o Haiti continua preso a uma rede de relações de dominação, com o capitalismo global funcionando como a principal força propulsora dessa dinâmica (BAENINGER e PERES, 2017). Portanto, a história do Haiti é fortemente influenciada pela intervenção econômica e militar de potências estrangeiras, desde o domínio colonial no século XVIII, passando pelo controle político e militar dos Estados Unidos no século XX, até a presença brasileira no início do século XXI. Esses acontecimentos tiveram impacto direto nos fluxos migratórios haitianos, com o Brasil se tornando o quarto destino significativo na trajetória migratória do país. Anteriormente, os haitianos migraram para a República Dominicana, Cuba e os Estados Unidos. A conjuntura econômica global, a presença militar brasileira, a dependência das remessas e as restrições à imigração nos Estados Unidos e na França foram fatores cruciais para a inserção do Brasil na rota migratória haitiana (BAENINGER e PERES, 2017).

Embora a imigração haitiana no Brasil tenha como marco inicial o terremoto de 2010, a migração para terras brasileiras é um fenômeno histórico. A presença militar brasileira no Haiti, especialmente após a liderança da MINUSTAH, desempenhou um papel crucial na migração de crise. O envio de tropas brasileiras foi visto como um esforço para aliviar a carga dos Estados Unidos, sendo a missão uma colaboração para a estabilização da região. Com esse novo destino migratório, o Brasil adotou políticas para regularizar a imigração haitiana, incluindo o visto humanitário e a carteira de trabalho, permitindo a entrada e permanência legal dos haitianos no país. (BAENINGER e PERES, 2017).

A imigração haitiana para a América do Sul é recente em comparação com os fluxos para a América do Norte e a Europa. O Haiti enfrenta problemas estruturais que dificultam seu

desenvolvimento socioeconômico, agravados inicialmente pela intervenção militar dos Estados Unidos entre 1915 e 1934 e as demais ao longo dos anos. Durante o período de 1915 e 1934, camponeses haitianos foram desapropriados de suas terras, que foram entregues a empresas norte-americanas. Esse processo forçou muitos a migrarem para Cuba e para a República Dominicana em busca de melhores condições de vida (DESROSIERS, 2020).

A migração haitiana tornou-se mais intensa a partir da década de 1950, quando o Haiti experimentou uma emigração de profissionais altamente qualificados com destino à Europa (França e Bélgica), à África (Senegal) e à América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Esse movimento, conhecido como “fuga de cérebros”, ocorreu no contexto da repressão política do regime ditatorial de François Duvalier (Papa Doc), entre 1957 e 1971. Conseqüentemente, os Estados Unidos, principal destino da imigração haitiana, receberam cerca de 75 mil haitianos entre 1965 e 1977. Em 2011, quase 70% dos haitianos formados no país estavam vivendo no exterior em busca de melhores oportunidades (DESROSIERS, 2020).

O Haiti está situado em uma região vulnerável a desastres naturais, como furacões e terremotos, o que agrava ainda mais as suas dificuldades estruturais. Inserido na periferia do capitalismo, o país enfrenta sérios desafios para alcançar o desenvolvimento econômico e social, destacando-se como a nação insular mais vulnerável do Caribe, com desigualdades sociais profundamente enraizadas. A partir da década de 1980, o Haiti passou a adotar políticas neoliberais que abriram seu mercado à concorrência internacional, impondo pressões sobre sua economia e exigindo maior produtividade. Essas reformas, impostas por organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, mantiveram o país em uma posição de dependência econômica, dificultando seu crescimento e desenvolvimento. A redução das tarifas comerciais prejudicou especialmente os pequenos agricultores, acelerando o êxodo rural em direção à capital, Porto Príncipe, em busca de melhores condições de vida. A estagnação econômica e o alto índice de desemprego (70% da população ativa) revelam as dificuldades enfrentadas pelos jovens para ingressar no mercado de trabalho, o que, por sua vez, resulta em um crescimento populacional acelerado na cidade, incapaz de oferecer empregos suficientes para todos (AUDEBERT, 2016; BAENINGER e PERES, 2017).

A imigração haitiana se distingue da dos países vizinhos tanto pelo volume quanto pela ampla dispersão dos migrantes na América do Norte, Europa, bacia do Caribe e, mais recentemente, América do Sul. Essa particularidade está relacionada a um contexto local específico, onde uma combinação de fatores socioeconômicos, políticos e ecológicos intensificou o fluxo migratório. Nas áreas rurais, a pressão demográfica sobre os limitados recursos de terra e o agravamento da erosão têm deteriorado ainda mais as condições de vida

do campesinato. Além disso, o uso contínuo de técnicas agrícolas rudimentares, aliado à negligência das elites em relação à situação dos camponeses, intensificou o problema, levando à diminuição das terras cultiváveis, à escassez de recursos agrícolas e ao aumento da pobreza rural. Nas últimas três décadas, o êxodo rural em larga escala intensificou a pressão sobre economias urbanas pouco diversificadas, predominantemente sustentadas por empregos no setor informal. Após 1986, o rápido crescimento de favelas e a “ruralização” de áreas urbanas, como Porto Príncipe e, em menor grau, Gonaïves e Cap Haïtien, transformaram significativamente o cenário das cidades, tornando as estratégias de sobrevivência diária uma realidade comum para uma parcela crescente da população (AUDEBERT, 2016).

A insegurança econômica generalizada, que afeta o Haiti de maneira mais intensa do que qualquer outro país do hemisfério, está profundamente conectada a outras formas de insegurança que marcaram a trajetória histórica da nação. Além dos fatores estruturais de ordem demográfica e econômica, uma série de grandes desastres naturais na última década (como o Furacão Jeanne em 2004, quatro tempestades e furacões em 2008 e o terremoto de 2010) evidenciou a extrema fragilidade da sociedade haitiana. Nesse contexto, a vulnerabilidade se refere às “capacidades reduzidas de um indivíduo ou grupo para antecipar, enfrentar, resistir e se recuperar dos impactos de um perigo, seja ele natural ou causado pelo homem” (OIM, 2014).

Lamentavelmente, em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi devastado por um terremoto de magnitude 7.3 na escala Richter, com epicentro localizado a cerca de 25 km a sudoeste de Porto Príncipe, onde uma falha tectônica atravessa a região. Em 2009, a cidade contava com uma população de aproximadamente 2,3 milhões de habitantes. O desastre deixou mais de 220 mil mortos, cerca de 300 mil feridos e 1,5 milhão de desabrigados, além de 660 mil pessoas fugindo da capital. Como resultado, este evento catastrófico agravou ainda mais as condições do país, pois Porto Príncipe concentra cerca de um terço da população haitiana, mais de 80% das atividades econômicas e grande parte dos investimentos e infraestruturas essenciais para o funcionamento do Haiti (AUDEBERT, 2016; DESROSIERS, 2020).

A partir desse contexto, após 2010, a política migratória do Brasil em relação aos haitianos foi frequentemente caracterizada como liberal e receptiva, sendo influenciada pelos interesses econômicos do setor corporativo brasileiro e pelo reconhecimento da complexidade dessa migração, agravada pelos efeitos do terremoto e dos furacões no Haiti. Em resposta à chegada inicial dos haitianos (2010-2012), permitiu-se que os imigrantes solicitassem refúgio, um processo legal que lhes concedia acesso temporário ao mercado de trabalho local. Entretanto, a maioria dos haitianos não se enquadrava na definição de refugiados conforme estabelecido pela Convenção de Genebra e Declaração de Cartagena. Dessa forma, para

resolver essa contradição, o governo federal implementou o visto humanitário em 2012, através da Resolução Normativa 97 (RN 97 em diante), em resposta à situação específica dos haitianos. Outra razão para essa abordagem permissiva das autoridades brasileiras foi a tentativa de combater a organização de rotas migratórias ilegais e o trabalho de coiotes (AUDEBERT, 2016; MAGALHÃES *et al.*, 2024).

Conseqüentemente, a concessão de um status legal aos haitianos foi um passo fundamental, permitindo sua mobilidade dos estados da região amazônica (como Amazonas e Acre) para os estados do sudeste e sul (como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná), além de possibilitar sua inserção de longo prazo no mercado de trabalho. Em 2013, um novo marco foi estabelecido com um relaxamento nas leis migratórias, como a revogação da cota de 1.200 vistos concedidos pelo consulado brasileiro no Haiti pela RN 102, e a ampliação do período de validade da RN 97 (AUDEBERT, 2016; MAGALHÃES *et al.*, 2024).

A partir de 2013, a RN 97 foi renovada anualmente por meio de quatro resoluções subsequentes: RN 106 em 2013, RN 113 em 2014, RN 117 em 2015 e RN 123 em 2016. Entre 2012 e 2016, 48 mil haitianos receberam o visto humanitário em embaixadas brasileiras no exterior, principalmente no Haiti e no Equador, sendo que 12% desses migrantes obtiveram o visto para fins de reunificação familiar. O visto humanitário concede uma permanência de cinco anos no Brasil. Durante esse período, mais de 50 mil haitianos indocumentados receberam residência permanente no Brasil, conforme a RN 27 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o que lhes garante acesso ao mercado de trabalho formal e aos serviços sociais básicos (AUDEBERT, 2016; MAGALHÃES *et al.*, 2024).

Após essa etapa, uma quantidade expressiva dos migrantes seguiu para os estados brasileiros do sul, em busca de oportunidades de trabalho e um dos principais centros econômicos do país. De acordo com dados da RAIS/MTE, em 2014, a maior parte dos 30 mil haitianos com autorização de trabalho no Brasil estava concentrada nos estados de Santa Catarina (25%), São Paulo (24%) e Paraná (22%). Eles geralmente ingressaram no mercado de trabalho nas funções menos qualificadas, predominantemente em setores como construção civil, abate e processamento de carnes e aves, serviços de alimentação, agricultura (produção de maçãs), e limpeza doméstica (AUDEBERT, 2016; MAGALHÃES *et al.*, 2024).

Essas condições, por sua vez, refletem as alterações nas leis migratórias, que têm possibilitado a regularização dos imigrantes haitianos no Brasil, permitindo-lhes o acesso aos direitos sociais e econômicos do país. No entanto, apesar dessas conquistas, o principal desafio enfrentado por esses imigrantes continua sendo a sua inserção no mercado de trabalho qualificado e na sociedade brasileira. Nesse sentido, embora enfrentem tais dificuldades, os

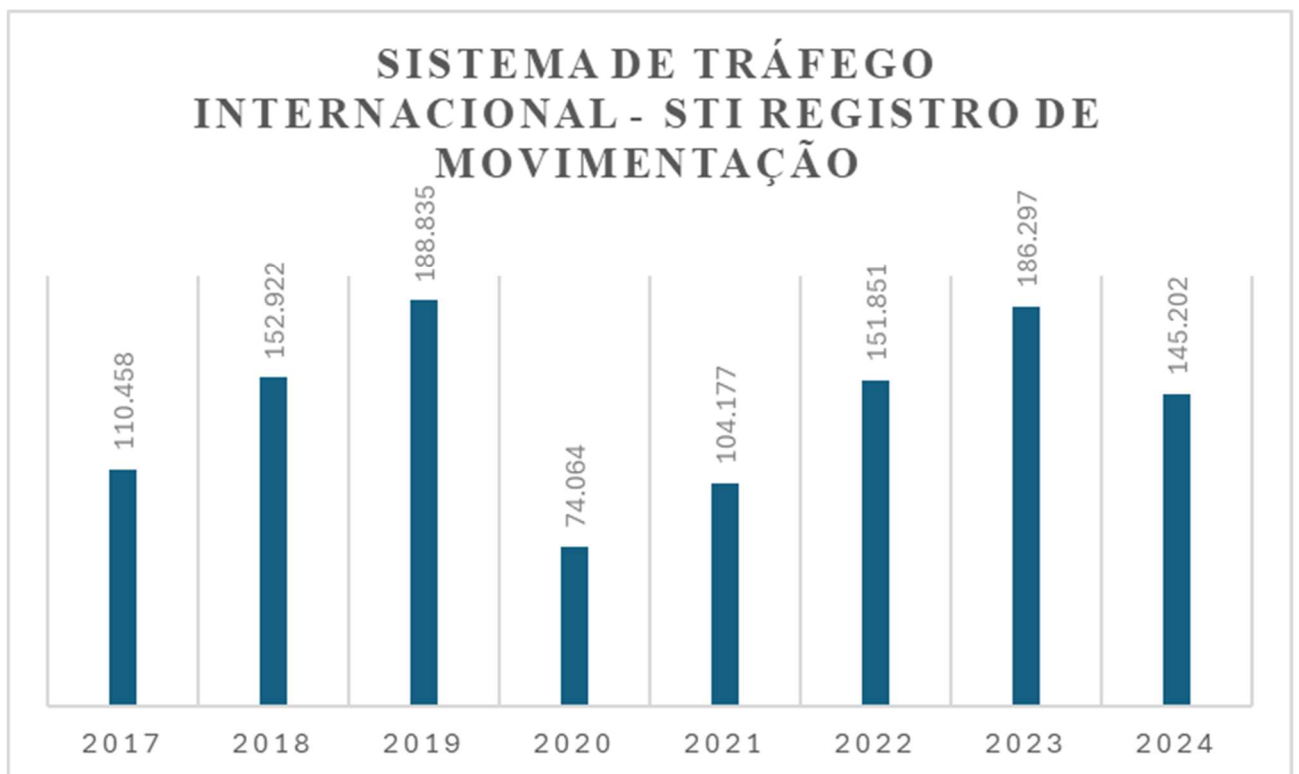
haitianos acabam por compor uma força de trabalho essencial na periferia do capitalismo no Brasil, desempenhando um papel fundamental na reprodução do capital (DESROSIERS, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2024).

#### 4.1 Registros de entradas no Brasil e em Foz do Iguaçu

A base empírica desta pesquisa é composta pelos relatórios produzidos pelo Governo Federal, oriundos de dados de registros migratórios elaborados com informações da Polícia Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que reúne pesquisadores da UNB, UNICAMP e de outras importantes universidades brasileiras (BRASIL, [s.d.]b). São considerados também os dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI): no ano de 2024 foram registradas 28.437.089 movimentações de entrada e saída no território brasileiro (BRASIL, [s.d.]b).

Para atender à delimitação temporal estabelecida na pesquisa, abrangendo os anos de 2017 a 2024, foi aplicado um filtro no Sistema de Registro Nacional Migratório, que registrou a entrada de 1.113.806 imigrantes de todas as nacionalidades no território brasileiro, conforme ilustra a Figura 1 (BRASIL, [s.d.]b).

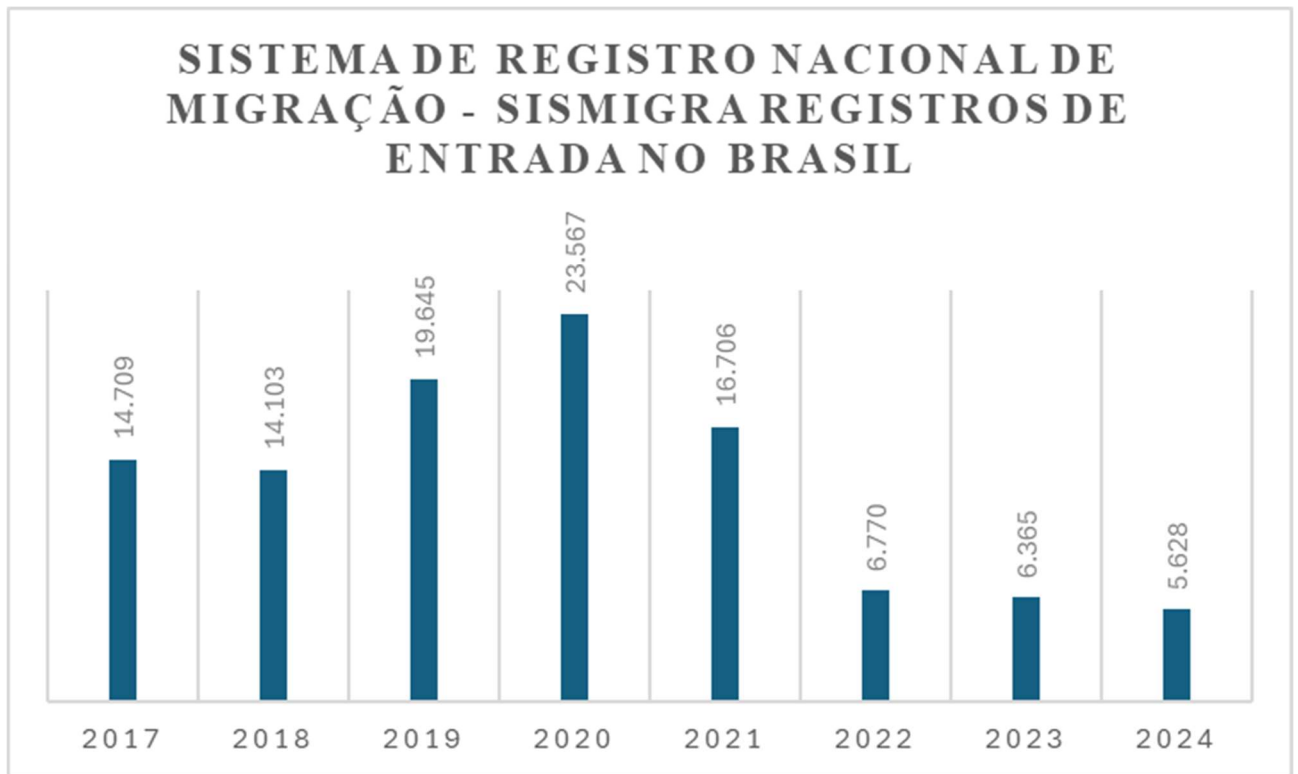
**Figura 1.** Registro de Movimentação de 2017 a 2024.



**Fonte:** OBMigra Brasil (2024).

Um dos recortes da pesquisa se concentra nos cidadãos haitianos. Para tal, foi aplicado um filtro no Sistema de Registro Nacional de Migração (SISMIGRA), que revelou, no período de 2017 a 2024, a entrada de 107.493 (cento e sete mil, quatrocentos e noventa e três) cidadãos haitianos no território brasileiro, conforme mostra a Figura 2 (BRASIL, 2025).

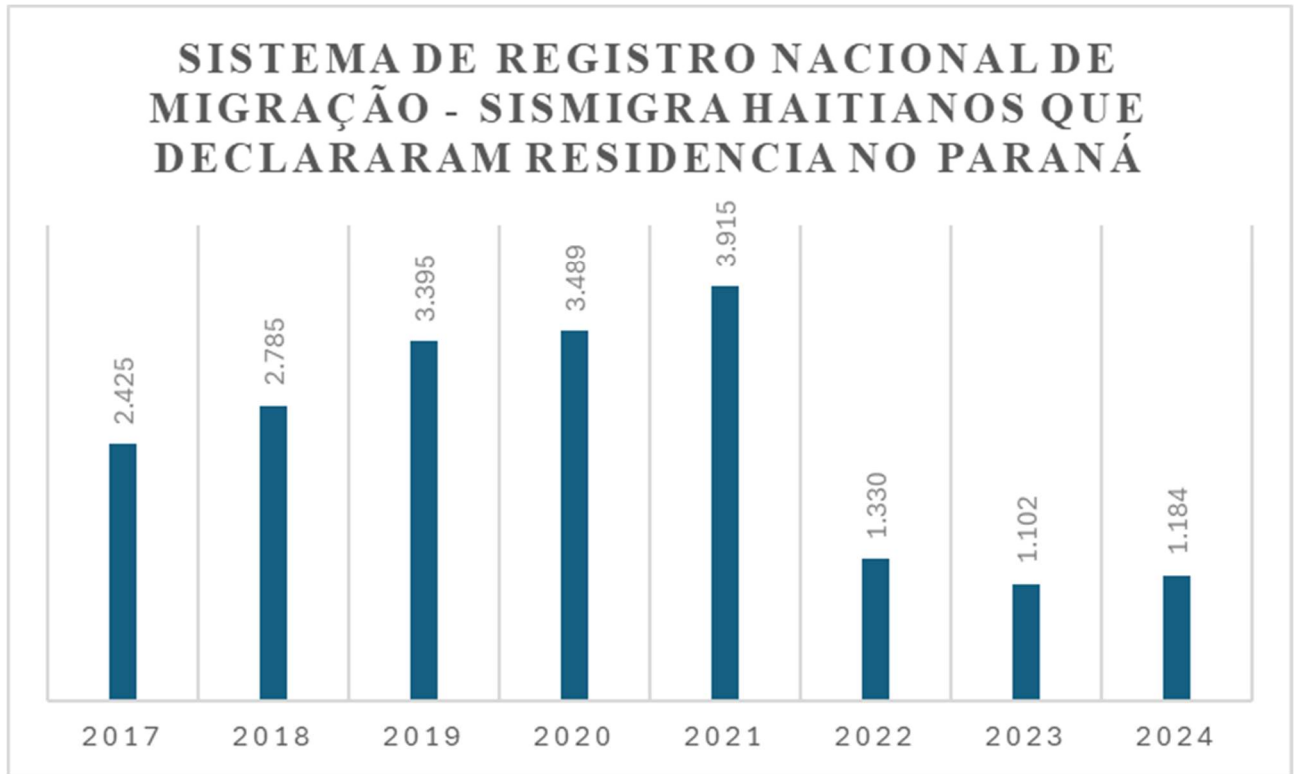
**Figura 2.** Registros de entrada no Brasil de 2017 a 2024.



**Fonte:** OBMigra Brasil (2024).

Com o objetivo de refinar os resultados do SISMIGRA, foi aplicado outro filtro para identificar quantos cidadãos haitianos declararam o estado do Paraná como destino ao ingressarem no território brasileiro no período de 2017 a 2024: conforme mostra a Figura 3, um total de 19.625 (dezenove mil, seiscentos e vinte e cinco) pessoas fizeram essa declaração (BRASIL, [s.d.]b).

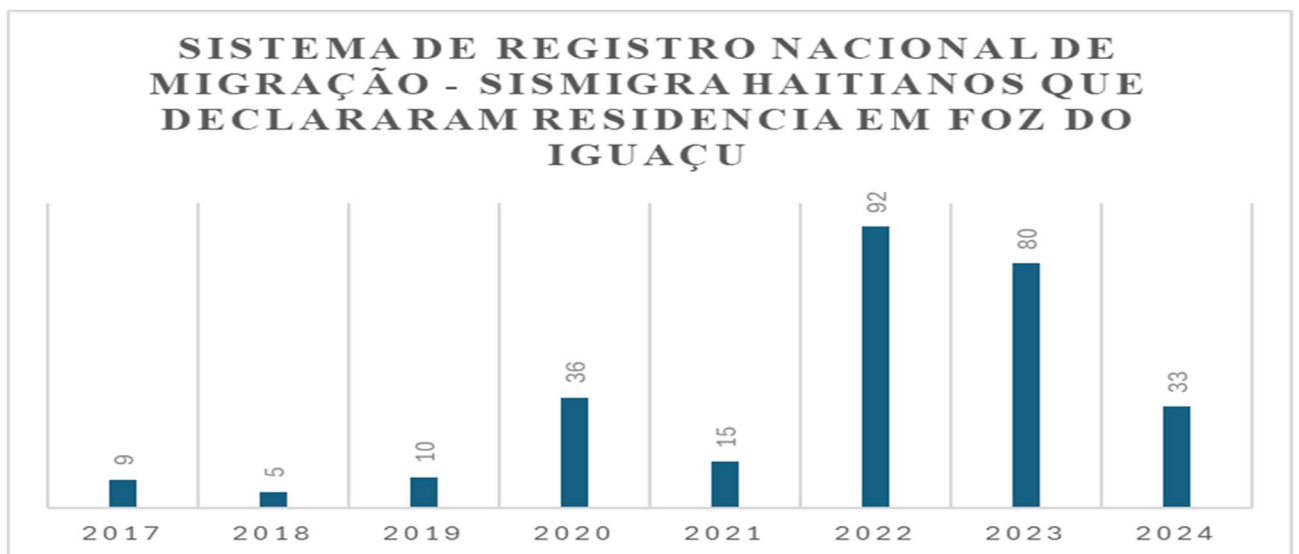
**Figura 3.** Haitianos que declararam residência no Paraná de 2017 a 2024.



**Fonte:** OBMigra Brasil (2024).

Por fim, foi aplicado outro filtro para identificar quantos cidadãos haitianos declararam o município de Foz do Iguaçu como destino de residência. Como mostra a Figura 4, os dados do SISMIGRA revelam que, no período analisado, 280 (duzentos e oitenta) haitianos fizeram essa declaração (BRASIL, [s.d.]b).

**Figura 4.** Haitianos que declararam residência em Foz do Iguaçu de 2017 a 2024.



**Fonte:** OBMigra Brasil (2024).

Deve-se considerar a possibilidade de o número de imigrantes haitianos em Foz do Iguaçu ser maior do que a ilustrada na Figura 4, haja vista que muitos deles inicialmente declaram uma localidade como destino, porém, após algum tempo, migram para outros estados ou cidades em busca de melhores condições de educação, trabalho e qualidade de vida. Essa região oferece aos imigrantes diversas oportunidades, como acesso a estudos por meio da UNILA e empregos em setores como turismo, logística e nas grandes agroindústrias localizadas nos municípios vizinhos. O contexto das oportunidades oferecidas pela UNILA será o foco da seção seguinte.

#### **4.2 Contexto da institucionalização da UNILA**

Entre os séculos XIX e XX, as universidades ocidentais passaram a se diferenciar conforme seus respectivos propósitos (missões), formas de institucionalização, regulamentação, padrões de financiamento e a dedicação ao atendimento dos interesses sociais, políticos e econômicos das nações. Apesar do surgimento de novos formatos de universidade, a produção e a difusão do conhecimento permaneceram como elementos centrais. Com o passar dos anos, a centralização do conhecimento evoluiu do nível individual para o coletivo, tornando-se um instrumento político e estratégico crucial para os desenvolvimentos regionais e internacionais, embora a formação universitária continuasse elitizada, atendendo a apenas uma pequena parcela da sociedade. No século XX, nas universidades públicas latino-americanas, houve uma maior demanda de exposição da produção de conhecimentos que gerassem soluções para os problemas socioeconômicos enfrentados por diversos países da região. Além disso, o conhecimento gerado era fundamental para colaborar com os desenvolvimentos regional e nacional, bem como a promover a democratização do acesso, anteriormente restrito às elites.

A preocupação em definir a essência da universidade, aliada ao interesse de fomentar a integração entre os países da região, inspirou a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em 2010. Apesar dos debates sobre o propósito integracionista universitário terem se intensificado entre os países latino-americanos, apenas o governo brasileiro investiu e se mobilizou para concretizar o projeto. A UNILA, mantida exclusivamente por recursos do Brasil, reflete o compromisso do país com a integração regional e social ao incluir discentes de outras nações da América Latina e do Caribe. No entanto, essa inclusão ocorre sem contrapartida financeira desses governos no que diz respeito aos custos necessários

para a manutenção da instituição.

A UNILA foi oficialmente instituída em 12 de janeiro de 2010, por meio da Lei nº 12.189/2010. Trata-se de uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro localizados em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná (BRASIL, 2010). Os primeiros passos para a criação da UNILA ocorreram em 2007, com a formação de uma Comissão de Implantação responsável por estruturar o projeto. Inicialmente, a proposta envolvia a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional.

A Comissão de Implantação foi oficialmente instituída pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu/MEC) por meio da Portaria nº 43, de 17 de janeiro de 2008. Sua missão era realizar estudos e atividades voltados ao planejamento institucional, à organização da estrutura acadêmica e curricular e à gestão de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, com o objetivo de atender às diretrizes do Projeto de Lei. Esse trabalho contou com o suporte de especialistas reconhecidos no contexto latino-americano e internacional, além de promover a atuação em rede com universidades brasileiras e a colaboração com instituições acadêmicas de outros países da América Latina e organismos de integração regional.

O esforço da Comissão resultou na elaboração de um Projeto de Lei que previa a criação de uma universidade com uma vocação internacional, destinada a promover a integração latino-americana. Esse objetivo seria alcançado por meio do desenvolvimento do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, aliado à cooperação solidária entre instituições de ensino superior, órgãos governamentais e organizações internacionais. A proposta foi amplamente acolhida pela sociedade e obteve aprovação unânime em todas as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Finalmente, em 12 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.189 foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma cerimônia realizada em Brasília, marcando oficialmente a criação da UNILA. Atualmente, a UNILA destina 50% de suas vagas a nacionais provenientes de países da América Latina e do Caribe.

Considerando o histórico do fluxo migratório haitiana no Brasil, mais precisamente em Foz do Iguaçu, e o trabalho da UNILA na integração dos haitianos no país, faz-se necessário abordar o tema de políticas públicas na interseção da legislação brasileira e tratados internacionais.

## 5. POLÍTICAS PÚBLICAS NA INTERSEÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E TRATADOS INTERNACIONAIS

Para introduzir o conceito de políticas públicas, é fundamental abordar, inicialmente, o que se entende por sociedade. Segundo Rua (2014), sociedade é um conjunto de indivíduos dotados de interesses e recursos de poder distintos, que interagem continuamente com o objetivo de satisfazer suas necessidades. No material *Políticas Públicas*, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (utilizado na especialização em Gestão Pública), destaca-se que a sociedade é marcada pela diferenciação social. Seus membros apresentam não apenas atributos diversos, como idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda e ocupação profissional, mas também possuem diferentes ideias, valores, interesses e aspirações, desempenhando papéis variados ao longo da vida (RUA, 2014).

Na obra também intitulada *Políticas Públicas*, Saravia *et al.* (2006) apontam que, apesar das inúmeras diferenças entre os indivíduos, existem interesses e necessidades comuns, como o acesso à saúde pública, saneamento básico, segurança, educação, entre outros. Essas necessidades coletivas são precisamente o objeto de atuação das políticas públicas. Assim, as políticas públicas se referem a decisões tomadas pelo poder público com o objetivo de manter o equilíbrio social ou, paradoxalmente, introduzir certos desequilíbrios planejados, com vistas a transformar a realidade social de forma positiva. Tais decisões, em grande medida, refletem as demandas da sociedade, sendo permeadas por valores, ideias e interesses diversos que influenciam o processo decisório. Isso demonstra a presença, ainda que indireta, da participação social na formulação das políticas. Essa dinâmica, na qual as demandas de diferentes grupos sociais são consideradas, reforça os pilares da democracia e da justiça social. A manutenção do poder legítimo, o bem-estar e a felicidade coletiva se tornam, assim, elementos norteadores das múltiplas ações que compõem uma política pública (SARAVIA *et al.*, 2006).

As políticas públicas constituem, portanto, um sistema de decisões que pode envolver ações, omissões e/ou medidas de prevenção ou de correção, destinadas a manter ou transformar aspectos de um ou mais setores da vida social. Para isso, são definidos objetivos e realizados aportes de recursos financeiros, humanos e institucionais com o propósito de atender às necessidades coletivas expressas pela sociedade. Contudo, ao longo do processo de formulação e implementação das políticas públicas, ocorrem turbulências e desvios no atendimento das demandas mais urgentes da sociedade. A ausência de governabilidade sobre tais políticas e sobre a ação governamental como um todo geram uma sensação de desordem, cujos efeitos

recaem de forma mais intensa sobre os segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade (SARAVIA *et al.*, 2006).

De acordo com os dicionários de ciência política, é possível identificar componentes comuns às definições de política pública. Em geral, entende-se que a política pública é elaborada e decidida por uma autoridade formal, legalmente constituída e coletivamente vinculada. Trata-se de um conjunto sequencial de decisões relacionadas à escolha de fins e/ou meios, com alcance de curto ou longo prazo, formuladas em contextos específicos e em resposta a problemas ou necessidades sociais. Para Thoenig (apud SARAVIA *et al.*, 2006, p. 28), as condições que caracterizam a política pública são: “[...] um conjunto de medidas concretas; decisões ou formas de alocação de recursos; que ela esteja inserida em um ‘quadro geral de ação’; que tenha um público-alvo (ou vários públicos); e que apresente definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, definidos em função de normas e de valores.”

Segundo Rua (2014) e outros autores defendem que as políticas públicas devem ser compreendidas a partir das especificidades de cada sociedade. Isso porque, conforme o estágio de desenvolvimento em que determinada sociedade se encontra, sua capacidade de contribuir com eficácia para o processo decisório também varia, impactando diretamente na estabilidade, na efetividade e na abrangência das políticas em relação aos interesses dos grupos sociais envolvidos (SARAVIA *et al.*, 2006).

### **5.1 O procedimento da política pública**

A Profa. Dra. Maria das Graças Rua (2014) ensina que cada política pública segue um procedimento composto por diferentes etapas, que incluem: a) identificação da demanda social; b) formulação de ações para atendimento eficaz dessa demanda, c) implementação e d) avaliação. É fundamental considerar que, após a preparação da decisão política, esta precisa ser aprovada, culminando em sua formalização por meio de um instrumento jurídico. A implementação, por sua vez, é dividida em duas fases: a preparação para a execução e a execução propriamente dita, ambas voltadas para o atendimento da demanda inicial. No contexto prático, na fase de preparação, há um caminho a ser trilhado, descrito a seguir:

**1. Inclusão na agenda pública:**

Corresponde à inserção de um pleito ou uma necessidade social na agenda política. Isso pode ocorrer mediante à pressão social organizada, que estabelece prioridades dentro de uma lista de temas a serem tratados pelo poder público. Essa etapa transforma o problema social em um problema público, tornando-o objeto de debates e de deliberação pelas autoridades competentes.

**2. Formulação de estratégias:**

O problema identificado é delimitado e analisado. Com o apoio da sociedade, são levantadas possíveis alternativas para sua solução. Também são avaliados os custos, os impactos e os efeitos potenciais das ações, a fim de se definir a prioridade e a viabilidade das estratégias propostas.

**3. Seleção e especificação da alternativa:**

Após a escuta da sociedade e a análise técnica de especialistas, é escolhida a alternativa considerada mais adequada. Essa decisão é formalizada, com a definição clara dos objetivos da política pública, de seu marco jurídico, e dos instrumentos administrativos e orçamentários que irão sustentá-la.

**4. Planejamento e organização da implementação:**

Envolve o planejamento operacional da política, incluindo a elaboração de processos licitatórios (quando for o caso), ou a definição da execução direta com os próprios recursos humanos, materiais e tecnológicos da administração pública. Trata-se da preparação efetiva para colocar a política em prática, por meio de planos, programas e projetos que viabilizem sua execução.

**5. Execução:**

Consiste no conjunto de ações práticas destinadas a alcançar os objetivos estabelecidos pela política pública. É nessa fase que se pode deparar com obstáculos não previstos nas etapas anteriores, exigindo ações coordenadas e ajustes estratégicos para evitar desvios de custo e assegurar a eficácia da intervenção.

**6. Acompanhamento:**

Refere-se à supervisão da execução das atividades previstas. Essa fase é fundamental para o fornecimento de informações relevantes, permitindo ajustes e correções necessárias com o objetivo de garantir a consecução dos objetivos estabelecidos pela política pública.

**7. Avaliação:**

Consiste na mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas implementadas. Esse processo identifica tanto os resultados alcançados quanto as consequências previstas e não previstas, possibilitando o aprimoramento contínuo das ações públicas.

As etapas descritas representam uma esquematização teórica do processo de formulação e implementação de políticas públicas, a qual, na prática, nem sempre ocorre de forma linear ou na ordem apresentada.

A política pública deve ter como finalidade o bem-estar coletivo, priorizando ações em função de sua urgência ou relevância social. Destaca-se a influência de diversos fatores, sobretudo a partir de sua incorporação ao conjunto de ações setoriais do governo. Nesse contexto, as políticas públicas sofrem interferências, como os contingenciamentos orçamentários, que afetam significativamente a capacidade de ação do Estado. Quando há essa

limitação, a execução das políticas pode ser postergada, aguardando sua inclusão no cronograma anual de despesas conforme a fase 4 (SARAVIA *et al.*, 2006).

Conforme o Prof. Dr. Antonio Carlos Torrens, as políticas públicas orientam a atuação do Estado, estabelecendo diretrizes, procedimentos e normas que definem como se dá a relação entre o poder público e os grupos sociais beneficiados pela aplicação de recursos e programas governamentais. Elas expressam as prioridades e a natureza de um regime político, sendo fruto de decisões que envolvem a mediação de interesses sociais muitas vezes conflitantes, dentro de limites orçamentários e desafios de inclusão. A formulação e implementação dessas políticas ganham legitimidade à medida que contam com a participação ativa da sociedade civil, tanto por meio de suas organizações quanto pelo fortalecimento de canais institucionais. A transparência, a publicidade e o engajamento social são fundamentais para equilibrar os diferentes interesses em jogo, promovendo maior eficácia e legitimidade às ações do Estado (TORRENS, 2013).

O Poder Legislativo, formado por representantes eleitos, exerce diversas atribuições dentro do sistema político, como criar leis, fiscalizar o Executivo, representar a sociedade e legitimar as ações do governo. Historicamente, esse poder evoluiu em sua capacidade de representar a vontade popular, passando de uma atuação guiada por instruções diretas dos eleitores para um modelo mais amplo, em que o parlamentar atua em nome de toda a coletividade. Essa evolução culminou no princípio da soberania popular, segundo o qual todo poder emana do povo. Atualmente, a função legislativa se destaca na vida política, especialmente por sua responsabilidade na elaboração de normas legais conforme os preceitos constitucionais (SILVA, 2010).

Dessa forma, para que as demandas sociais sejam devidamente acolhidas, processadas em suas distintas etapas e efetivamente implementadas, é fundamental uma atuação mais incisiva do Poder Legislativo. Além de sua função tradicional de elaborar leis e aprovar o orçamento público, o Legislativo exerce um papel estratégico na fiscalização das ações do Poder Executivo, contribuindo para a transparência, a eficiência na alocação de recursos e o fortalecimento do controle social. Sua intervenção qualificada assegura que as políticas públicas atendam aos princípios constitucionais e às reais necessidades da população.

## 5.2. Legislação brasileira e tratados internacionais

A norma jurídica compõe um conjunto de princípios e reflexões com o objetivo principal de proteger as pessoas e regular as relações entre o povo e o Estado. Nessa perspectiva, os direitos humanos representam uma construção histórica marcada por lutas, derrotas e experiências vividas pela sociedade global, tendo surgido da necessidade de afirmar a vida como valor supremo, princípio que se fortaleceu especialmente após as atrocidades cometidas ao longo da história da humanidade.

Os direitos humanos vêm sendo consolidados e ajustados conforme as transformações no comportamento social. Um marco significativo nesse processo foi a formulação de declarações internacionais, especialmente sob a liderança da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Essa declaração influenciou a legislação de diversos países membros da ONU, resultando na incorporação de normas em suas constituições consideradas a norma jurídica suprema, incluindo dispositivos que garantem direitos fundamentais.

A mudança legislativa representa uma conquista histórica que precisa ser preservada e ampliada, com o propósito de reduzir as desigualdades sociais, combater a discriminação e promover a valorização do ser humano, independentemente de nacionalidade, raça, crença religiosa ou qualquer outro fator de diferenciação. A promoção e a defesa dos direitos humanos constituem uma responsabilidade coletiva, exigindo que os países atualizem e complementem suas normativas conforme as especificidades de seus contextos sociais, de modo a assegurar uma sociedade mais justa e igualitária.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 completou 36 anos em 05 de outubro de 2024, sendo que sua relevância é marcada pela consolidação da cidadania e na proteção dos direitos humanos. No centro desse arcabouço constitucional está o artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, consagrando garantias fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Complementando essa proteção, o artigo 6º volta-se aos direitos sociais, assegurando acesso à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e assistência aos mais vulneráveis (BRASIL, 1988).

Ao longo de todo o texto constitucional, encontram-se dispositivos que reafirmam e detalham essas garantias, estabelecendo diretrizes para sua efetivação. No entanto, para que

alguns dispositivos se traduzam em ações concretas, é imprescindível a criação de legislações específicas que regulamentem sua aplicação. Um exemplo expressivo dessa materialização é a Lei nº 13.445/2017, que trata da política migratória brasileira e representa um avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas migrantes (BRASIL, 2017).

Além da legislação interna, o Brasil é signatário de diversos acordos e tratados internacionais que reforcem seu compromisso com os direitos humanos. Um dos documentos fundadores nesse campo é a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, adotada em 1948 no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), que estabeleceu princípios fundamentais de proteção à dignidade humana, incluindo o direito à livre circulação e residência (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1948).

Outro instrumento de grande relevância é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica (1969), que reafirma garantias civis, políticas, econômicas, sociais e culturais aplicáveis a todos os indivíduos, independentemente de sua origem. Também se destaca a Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984), que exerce forte influência no sistema latino-americano de proteção internacional ao ampliar o conceito tradicional de refugiado. Esse documento reconhece como refugiadas as pessoas que fogem de conflitos armados, violência generalizada e violações massivas de direitos humanos, situações frequentemente associadas aos fluxos migratórios contemporâneos (ACNUR, 1984; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969).

## **6. REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IMIGRANTES EM FOZ DO IGUAÇU 2017 A 2024 COM ÊNFASE NA POPULAÇÃO HAITIANA DISCENTE NA UNILA**

Entre os anos de 2017 e 2024, Foz do Iguaçu permanece se consolidando como um dos principais destinos de imigrantes no Brasil (cf. Capítulo 2), com destaque para a chegada de pessoas oriundas do Haiti (cf. Capítulo 4). Inserida em uma região de tríplice fronteira, caracterizada por intensa mobilidade humana e diversidade cultural, a cidade passou a lidar com uma série de desafios relacionados à acolhida, à integração e à efetivação de direitos dessa população. Diante desse cenário, as políticas públicas voltadas aos imigrantes tornaram-se fundamentais para garantir o acesso a serviços básicos, promover a inclusão e enfrentar situações de vulnerabilidade, discriminação e invisibilidade social.

Nesse contexto, destaca-se a presença significativa de estudantes haitianos na UNILA, grupo que assume papel relevante nas discussões sobre imigração e políticas públicas locais. A trajetória desses discentes revela tanto o potencial da universidade enquanto espaço de formação e diversidade, quanto as limitações estruturais existentes em nível municipal (cf. Capítulo 4, seção 4.2). Entre os principais tópicos da entrevista estão o acesso à moradia digna, ao atendimento de saúde, à regularização documental, ao apoio psicossocial e ao reconhecimento acadêmico. Os obstáculos de cada tópico evidenciam não apenas a fragilidade das ações governamentais, como também a ausência de políticas públicas específicas e bem articuladas entre os diferentes entes federativos.

A promulgação da Lei nº 13.445, de 2017, representou um marco importante ao estabelecer novos parâmetros para o tratamento das migrações no Brasil, reconhecendo o migrante como sujeito de direitos e reforçando o compromisso com a dignidade humana (cf. Capítulo 5, seção 5.2). No entanto, a efetivação desses princípios no plano local ainda enfrenta limitações. Em Foz do Iguaçu, a instituição do Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas<sup>6</sup>, por meio do Decreto nº 32.607/2024, configurou um avanço institucional relevante (FOZ DO IGUAÇU, 2024). Elaborado com participação de diversos segmentos sociais, o plano propõe diretrizes para a inclusão e a promoção de direitos, em sintonia com a realidade multicultural da cidade. Ainda assim, sua implementação demanda vontade política e continuidade administrativa, o que pressupõe o engajamento do Poder

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas>. Acesso em 30 de maio de 2025.

Executivo, o acompanhamento sistemático da sociedade civil e o fortalecimento dos mecanismos de controle social, sobretudo em um cenário em que a população migrante não possui muita influência de representação nos espaços formais de decisão política, como o legislativo municipal.

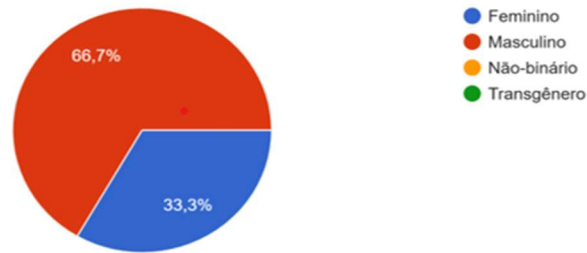
De acordo com dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), com base no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), a UNILA contava, em março de 2025, com um total de 238 estudantes haitianos regularmente matriculados em cursos de graduação. No nível de pós-graduação *stricto sensu*, havia 12 discentes, sendo dez no mestrado e dois no doutorado, além de dois estudantes matriculados em cursos de especialização (especialização *lato sensu*). Esses números evidenciam a expressiva presença da comunidade haitiana no ambiente acadêmico da UNILA, reforçando a relevância de políticas institucionais e públicas voltadas à sua permanência, integração e desenvolvimento acadêmico.

Refletir sobre o alcance dessas políticas exige, portanto, uma análise que vá além do seu caráter normativo, considerando como elas impactam de fato o cotidiano dos imigrantes. Com esse propósito, a presente pesquisa concentrou-se em investigar as percepções de estudantes haitianos da UNILA acerca do acesso às políticas públicas no município. Para isso, aplicou-se um questionário a um grupo de 47 discentes haitianos atualmente matriculados na instituição, abordando temas que variaram desde o uso do transporte público até o atendimento recebido nas unidades básicas de saúde. As respostas possibilitam compreender, sob a ótica dos próprios sujeitos migrantes, os limites e as potencialidades das ações desenvolvidas pelo poder público local, contribuindo para o debate sobre a efetividade das políticas migratórias no contexto de Foz do Iguaçu.

O questionário conteve perguntas sobre o perfil da pessoa imigrante (como idade e identidade de gênero), a moradia, a formação superior (dando destaque à sua trajetória na UNILA), as condições de vida em Foz do Iguaçu (como adaptação, documentação necessária, políticas públicas, sistema de saúde pública, assistência social, transporte público, mercado de trabalho e segurança).

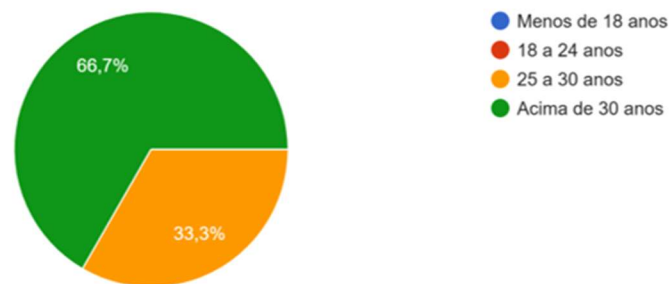
Acerca do perfil da pessoa imigrante, predominam estudantes do gênero masculino (Figura 5), assim como pessoas acima de 30 anos (Figura 6).

**Figura 5.** Gênero de discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

**Figura 6.** Faixa etária de discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Ao serem questionados sobre o tipo de moradia, observou-se que 50% dos discentes residem em imóveis alugados. Esse dado, representado na Figura 7, destaca a predominância do aluguel como principal forma de acesso à moradia entre os estudantes pesquisados.

**Figura 7.** Moradia de discentes haitianos da UNILA.

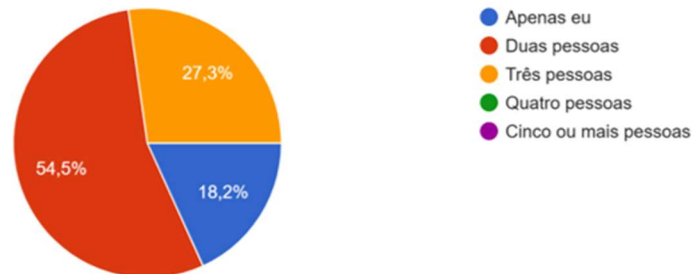


**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Considerando o número de pessoas que residem com os participantes da pesquisa (Figura 8), constatou-se que apenas 18,2% vivem sozinhos. Esse dado evidencia a relevância

da moradia compartilhada como estratégia de economia, especialmente no que se refere à redução dos custos habitacionais enfrentados por estudantes imigrantes.

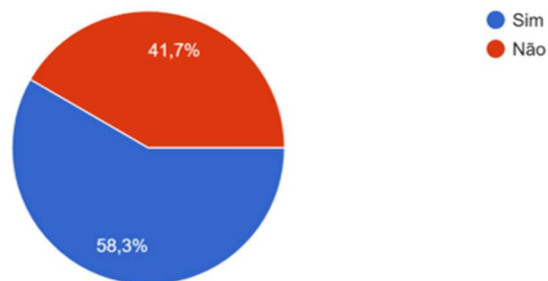
**Figura 8.** Quantidade de pessoas com quem moram as pessoas discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Quanto à formação anterior, a Figura 9 mostra que 58,3% possuíam formação superior antes de ingressar na UNILA.

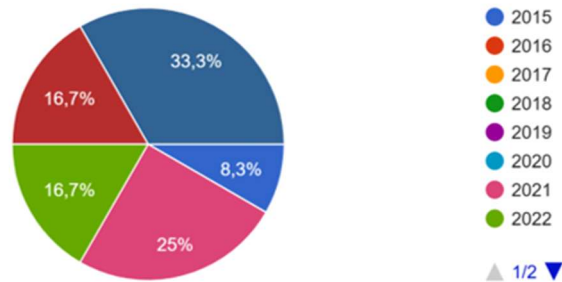
**Figura 9.** Formação superior anterior de discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

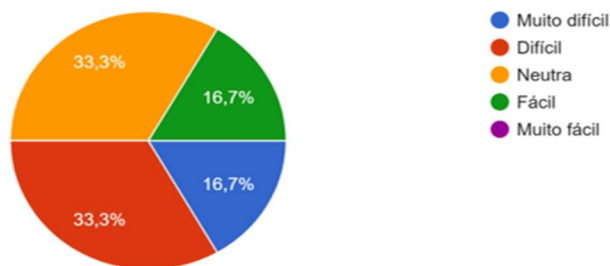
O ingresso inicial de estudantes haitianos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) ocorreu em 2015, por meio de uma iniciativa voltada à inclusão de refugiados haitianos no ensino superior. Com o tempo, essa política foi ampliada para contemplar jovens de outras nacionalidades que se encontram em condição de refúgio ou possuem visto humanitário. No levantamento realizado para esta pesquisa, os participantes foram questionados sobre o ano de início de seus estudos na UNILA, cujos resultados são apresentados a seguir.

**Figura 10.** Ano de ingresso dos discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

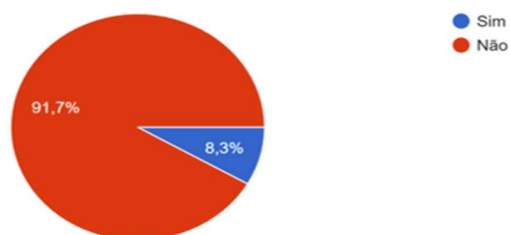
**Figura 11.** Grau de dificuldade de adaptação de discentes haitianos da UNILA em Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Os participantes da pesquisa relataram também o nível de dificuldade enfrentado para a obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), conforme a Figura 12. Considerando que a UNILA oferece suporte social e acadêmico a todos os discentes, observa-se que, graças a esse apoio institucional, a maioria não enfrentou grandes obstáculos nesse processo.

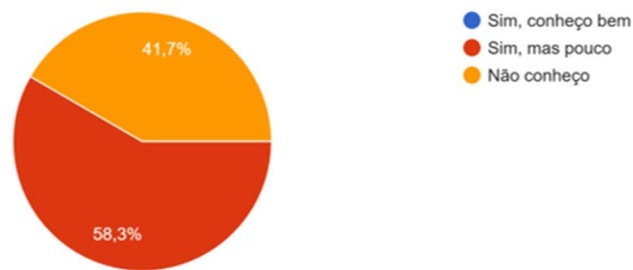
**Figura 12.** Dificuldades enfrentadas por discentes haitianos da UNILA para obter documentação necessária para residir no Brasil.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Segundo a Figura 13, ao abordar a questão do conhecimento sobre as políticas públicas oferecidas pelo município em questão, observou-se que nenhum dos participantes declarou conhecer bem essas iniciativas. Esse dado revela uma fragilidade na comunicação e na divulgação das ações voltadas à população imigrante.

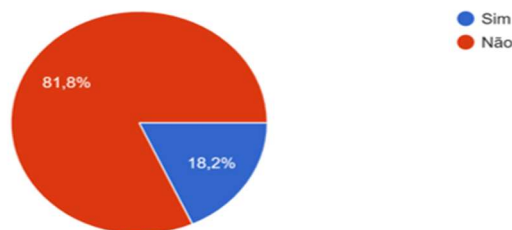
**Figura 13.** Conhecimento de discentes haitianos da UNILA acerca das políticas públicas de Foz do Iguaçu para imigrantes e estudantes.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Paralelamente, investigou-se se os discentes tinham conhecimento sobre o Decreto Municipal nº 32.607, elaborado de forma coletiva com a participação da UNILA, de coletivos de migrantes e de outros atores sociais. Verifica-se, na Figura 14, que quase 82% dos entrevistados desconheciam o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu.

**Figura 14.** Conhecimento de discentes haitianos da UNILA acerca do Decreto 32.607, de 2024.

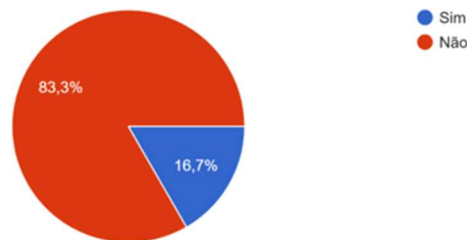


**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Em relação ao acesso aos equipamentos de saúde pelos discentes em questão, os resultados obtidos podem ser considerados positivos, conforme apresentado na Figura 15, cuja maioria (83,3%) respondeu que não enfrentou tais dificuldades. Sobre a qualidade do atendimento, a maioria dos entrevistados (41,7%) declarou que foram bem atendidos (Figura

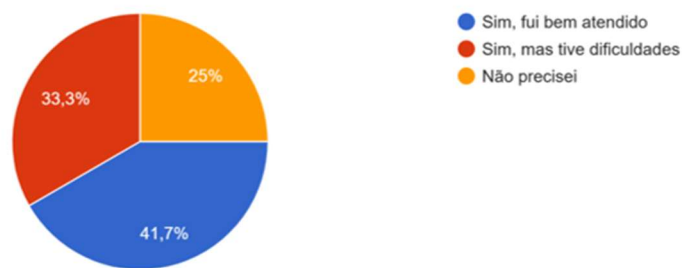
16).

**Figura 15.** Dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde pelos discentes haitianos da UNILA.



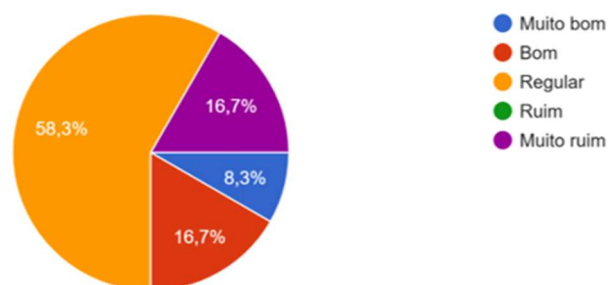
**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

**Figura 16.** Dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde pelos discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

**Figura 17.** Avaliação do acesso aos serviços públicos de saúde pelos discentes haitianos da UNILA.

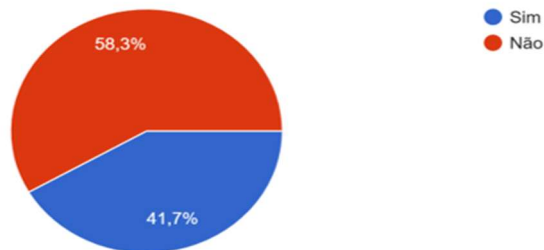


**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Ao se tratar do conhecimento sobre os serviços oferecidos pela assistência social da

prefeitura de Foz do Iguaçu, observou-se que a maioria (58,3%) dos participantes da pesquisa desconhecem tais serviços, como ilustra a Figura 19.

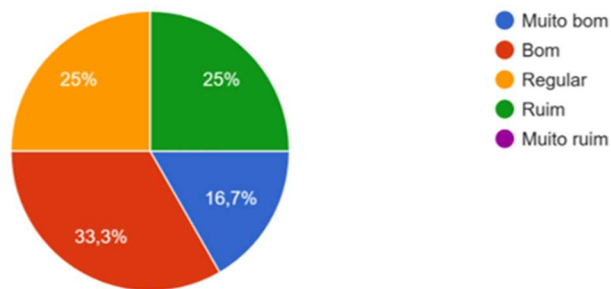
**Figura 18.** Conhecimento dos discentes haitianos da UNILA sobre os serviços de assistência social da prefeitura de Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Em relação ao transporte público, observou-se uma percepção dividida entre os participantes quanto à sua acessibilidade (Figura 20). Metade dos respondentes acredita que seja ‘regular’ (25%) ou ‘ruim’ (25%), enquanto a outra metade o considera ‘bom’ (33,3%) ou ‘muito bom’ (16,7%).

**Figura 19.** Avaliação pelos discentes haitianos da UNILA sobre a acessibilidade do transporte público em Foz do Iguaçu.

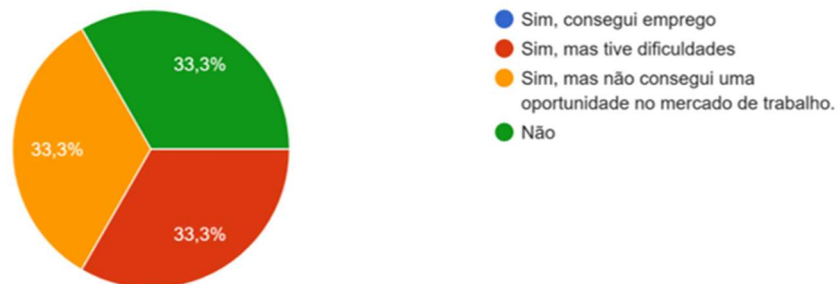


**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Na perspectiva das oportunidades de trabalho no município, os dados ilustrados pela Figura 21 revelaram um percentual preocupante, indicando que ainda há grande dificuldade de acesso ao emprego formal. Essa realidade favorece situações de exploração laboral, especialmente por meio da contratação de serviços eventuais, muitas vezes sem o devido recolhimento de encargos trabalhistas, como FGTS e INSS, e sem o pagamento conforme os critérios estabelecidos pela convenção coletiva da categoria correspondente à função desempenhada. Há igual tripartição no que tange a já ter buscado emprego formal no município:

uma porção dos respondentes que buscaram emprego declarou ter tido dificuldades, outra, que buscou e não conseguiu uma oportunidade, e uma última, que nunca buscou. É preocupante o fato de que ninguém que buscou trabalho formal conseguiu uma oportunidade.

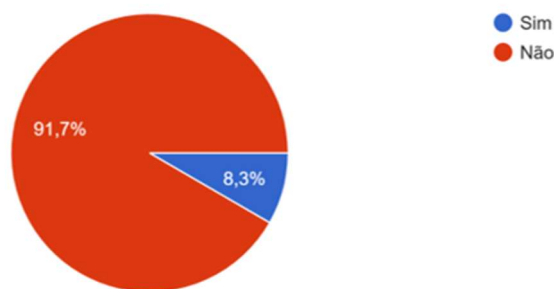
**Figura 20.** Busca por emprego formal por discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Nesse contexto de oportunidades laborais, foi questionado aos participantes se conheciam algum projeto promovido pelo poder público municipal voltado ao apoio à inserção no mercado de trabalho. Como resultado, 91,7% dos respondentes declararam não ter conhecimento sobre a existência de tais iniciativas, conforme apresenta a Figura 22.

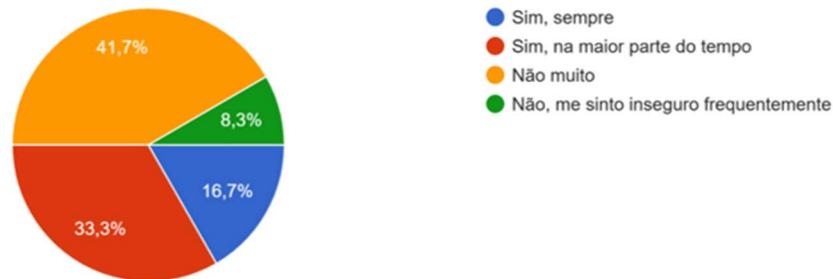
**Figura 21.** Conhecimento, por discentes haitianos da UNILA, de iniciativas da prefeitura de apoio à inserção de imigrantes no mercado de trabalho.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

No que diz respeito à segurança pública, a Figura 23 mostra que 41,7% dos participantes da pesquisa afirmaram não se sentir seguros no município, porém, outra significativa parcela dos respondentes (33,3%) afirmou se sentir seguros na maior parte do tempo.

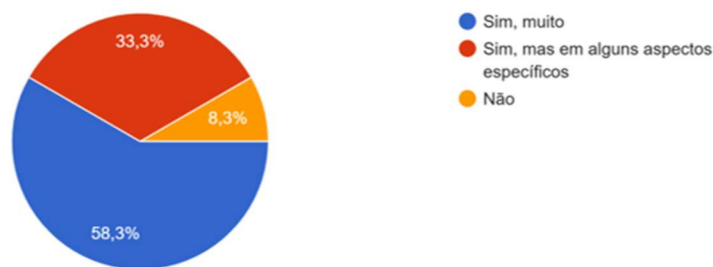
**Figura 22.** Sensação de segurança em Foz do Iguaçu por parte dos discentes haitianos da UNILA.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

Por último, indagou-se se o município deveria ampliar suas políticas públicas para melhorar o atendimento à comunidade imigrante. Como resultado, a Figura 24 ilustra que a maioria (58,3%) dos entrevistados manifestaram a percepção de que há, de fato, a necessidade de expansão dessas ações. Outra parcela significativa (33,3%) também considera tal necessidade, porém em aspectos específicos.

**Figura 23.** Posicionamento dos discentes haitianos da UNILA sobre a necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas para imigrantes em Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Elaboração própria, com base nas respostas dos questionários aplicados.

A presente pesquisa revela que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetiva implementação das políticas públicas previstas na Lei nº 13.445/2017, bem como para a consolidação do Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas - Decreto nº 32.607/2024 (FOZ DO IGUAÇU, 2024). Essas políticas são fundamentais para garantir aos imigrantes o acesso pleno e igualitário a serviços essenciais, como saúde de qualidade e com atendimento ágil, transporte público eficiente e programas de

apoio e qualificação profissional que favoreçam a inserção no mercado de trabalho formal. Por conseguinte, tais medidas impactam positivamente diversas outras áreas estruturantes da vida urbana, inclusive aquelas que não foram objeto direto desta pesquisa, mas que se revelam igualmente cruciais, como o saneamento básico, tema que será abordado com maior profundidade na tese de doutorado. O acesso universal ao saneamento (que envolve o fornecimento de água potável, a coleta e tratamento de esgoto, a gestão adequada de resíduos sólidos e a drenagem urbana) é diretamente associado à promoção da saúde pública e à melhora da qualidade de vida. Investir nessa área não apenas reduz a incidência de doenças, como também contribui para a diminuição da sobrecarga sobre o sistema de saúde, criando um ambiente mais saudável e sustentável para toda a população, incluindo os grupos imigrantes.

O fortalecimento das políticas públicas voltadas aos imigrantes deve ser, portanto, pensado de forma integrada, articulando diferentes áreas da administração pública e considerando a realidade específica dessa população, a fim de construir um modelo de cidade verdadeiramente inclusivo, justo e comprometido com a dignidade humana.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para compreender a presença contemporânea dos imigrantes haitianos em Foz do Iguaçu, é essencial situá-la dentro de um panorama mais amplo da história migratória do município. Localizada em uma região de fronteira e reconhecida por sua diversidade cultural, Foz tem sido, ao longo das décadas, um ponto de chegada para diferentes fluxos migratórios. Neste contexto, foi realizada uma contextualização histórica dos processos de migração na cidade.

A presente dissertação evidenciou nesse recorte que, apesar dos avanços promovidos pela Lei nº 13.445/2017 e da necessidade de implementação do Decreto nº 32.607/2024 que cria o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas em Foz do Iguaçu, ainda há um considerável descompasso entre a legislação e sua efetiva aplicação. O estudo, centrado na experiência dos estudantes haitianos da UNILA, demonstrou que essa população enfrenta barreiras materiais e simbólicas e necessita de políticas públicas que promovam uma integração plena.

Destaca-se que a UNILA exerce um papel relevante na recepção e na permanência dos imigrantes haitianos, especialmente ao garantir suporte institucional na regularização migratória, no acompanhamento social e no acesso à formação superior. Entretanto, a ausência

de ações do poder público para uma construção de rede eficaz de proteção e promoção dos direitos da população migrante deve ser suprida com a implementação do Plano Municipal, que está dividido em eixos temáticos dos equipamentos públicos. Os dados obtidos na pesquisa apontam um desconhecimento generalizado sobre as políticas públicas municipais, bem como sobre o Decreto Municipal nº 32.607/2024 (FOZ DO IGUAÇU, 2024). Essa lacuna informacional revela a necessidade de aprimorar os canais de comunicação e de ampliar as ações de formação cidadã voltadas aos migrantes. A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal expressa por quase a totalidade dos participantes indica não apenas uma falha de integração econômica, mas também o risco de precarização das condições de vida e de violação de direitos trabalhistas.

Outros aspectos, como o uso compartilhado da moradia, a percepção fracionada sobre o transporte público e a insegurança vivenciada no cotidiano, apontam para uma vivência urbana marcada por desafios que ultrapassam o âmbito educacional. Ao mesmo tempo, os dados revelam que os estudantes haitianos enxergam o município como um espaço com potencial de acolhimento, desde que haja um fortalecimento das estruturas institucionais e da ação coordenada entre poder público, sociedade civil e comunidade universitária.

Averiguasse que as políticas públicas para migrantes haitianos discentes na Unila em Foz do Iguaçu precisam avançar em três frentes principais: a) no fortalecimento da comunicação institucional com os migrantes e da transparência das ações implementadas; b) na ampliação de programas sociais voltados à empregabilidade e à qualificação profissional, e c) na efetiva inclusão dos migrantes nos espaços de participação social e política. Isso implica reconhecer o migrante não apenas como destinatário de direitos, mas também como sujeito ativo na formulação e no controle das políticas que afetam sua própria trajetória. Além disso, é fundamental compreender como distintas experiências se entrelaçam, gerando diferentes camadas de vulnerabilidade ou, em contrapartida, formas de resistência.

Por fim, verifica-se a importância de uma abordagem intersetorial e humanizada na construção de políticas públicas voltadas para migrantes. A garantia dos direitos das populações migrantes é condição indispensável para o fortalecimento da democracia, da justiça social e da convivência plural em territórios marcados pela diversidade, como é o caso de Foz do Iguaçu.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Declaração de Cartagena sobre Refugiados**. 1984. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf). Acesso em: 22 jan. 2025.

ALCÂNTARA, G. K. *et al.* **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgj/documentos/livro-versao-web-comprimida-ava-guarani-1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. (217 [III] A). Paris. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AUDEBERT, C. **The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants?** *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, 2016.

BAENINGER, R.; PERES, R. **Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 119-143, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BELLI, B. **Direitos humanos e desafios contemporâneos**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S.l.], v. 40, n. 1, p. 215-221, jan. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100012>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 92, de 27 de abril de 2010a. Institui o Programa Emergencial PRÓ-HAITI em Educação Superior e dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das atividades do programa. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/portaria92-27042010-prohaiti-pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 42.121, de 25 de agosto de 1957. **Promulga a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d42121.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d42121.htm). Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília,

DF, 20 ago. 1980. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 29 de janeiro de 2010b. Institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1 fev. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm). Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1, 25 maio 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Migrantes, refugiados e apátridas**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). **Painel de Dados Consolidados da Imigração no Brasil**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizThhMmMyNDctZDhkMS00Y2Y2LTg2NzQtOWJkZDk0YmFiODdjIiwidCI6ImVjMzU5YmExLTZyZGMiNGQyYi1iODMzLWM4ZTZkNDhmODAxOSJ9&pageName=c47451134a39e637d708>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRITO, J. M. de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e a Fundação da Colônia Militar**. Curitiba: Tipografia João Haupt, 1938.

CARDOZO, P. F. **Imigração árabe em Foz do Iguaçu**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://oestrangerio.org/wp-content/uploads/2017/07/tese-poliana-fabiula-cardozo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Dados consolidados da imigração no Brasil 2023**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/dados-consolidados1>. Acesso em: 22 jan. 2025.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Migrações e mercado de trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>. Acesso em: 21 set. 2022.

DESROSIERS, I. **A luta pelo espaço: a situação dos imigrantes haitianos no centro de**

**São Paulo. Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 185–203, 2020. DOI: 10.36403/espacoaberto.2020.32557. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/32557>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DIAS JÚNIOR, W de A. **A ponte da “modernidade”: representações e relações Brasil-Paraguai durante a construção da Ponte da Amizade (1956–1965)**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4144>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FARIA, M. R. F. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/migracoes\\_internacionais\\_no\\_plano\\_multilateral.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/migracoes_internacionais_no_plano_multilateral.pdf). Acesso em: 22 ago. 2024.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. de. **A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino**. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. *A migração haitiana para o Brasil: características, oportunidades e desafios*. Buenos Aires: OIM, 2014. p. 51-66. (Cuadernos Migratorios, n. 6).

FIORI, J. L. **O Brasil e a nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fiorigovernabilidade.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FOZ DO IGUAÇU (Município). **Decreto nº 32.607, de 2024**. Dispõe sobre o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu para o período compreendido entre 2024 a 2028. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2024/3261/32607/decreto-n-32607-2024-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-politicas-publicas-para-migrantes-refugiados-e-apatridas-de-foz-do-iguacu-para-o-periodo-compreendido-entre-2024-a-2028>. Acesso em: 31 maio 2025.

FREITAG, L. C. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898. **Revista História Regional**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 293-297, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2252/1738>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 53. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/188082/mod\\_resource/content/1/Raizes\\_do\\_Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/188082/mod_resource/content/1/Raizes_do_Brasil.pdf). Acesso em: 22 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Foz do Iguaçu:

panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em: 21 ago. 2024.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Número de trabalhadores estrangeiros quase dobrou no Paraná entre 2018 e 2022. 2023.** Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Numero-de-trabalhadores-estrangeiros-quase-dobrou-no-Parana-entre-2018-e-2022>. Acesso em: 6 out. 2024.

KLEINSCHMITT, S. C.; AZEVEDO, P. R.; CARDIN, E. G. **A Tríplice Fronteira Internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais.** *Revista de Geografia, UNIOESTE*, v. 8, n. 9, 2013. ISSN 1981-4801. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9383/7037>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LOZANO, G. da S. **Trabalhadores fronteiriços: ambulantes paraguaios nas ruas de Foz do Iguaçu/PR.** 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5325/1/GiovanedaSilvaLozano.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MAGALHÃES, L. F. A. *et al.* **Migração e refúgio: temas emergentes no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2024.

MALHEIROS, J. *Imigração e integração: uma perspectiva relacional.* **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 15-36, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4102>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MARTES, A. C. B. *Haitianos no Brasil: processos migratórios, redes e identidades.* **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 105-118, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0016>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MARTINS, L. R. de; RUSCHMANN, D. van de M. **Desenvolvimento histórico turístico: estudo de caso: Foz do Iguaçu – PR.** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Rio Grande do Sul. Anais... Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jul. 2010.

MEDEIROS, F. T.; CAVALCANTI, L. Panorama da migração internacional no Brasil. Brasília: **Ministério da Justiça**, 2020. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Relatrio\\_Anuar\\_2020\\_OBMigra.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Relatrio_Anuar_2020_OBMigra.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

MENDONÇA, M.; PREZOTTO, F. Nacionalidades e etnias da região trinacional do Iguaçu. Foz do Iguaçu: **CODEFOZ**, 2023. Disponível em: <https://www.codefoz.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relat%C3%B3rio-de-Nacionalidades-e-Etnias-da-Regi%C3%A3o-Trinacional.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

MOHOR, D. *Crise migratória sem precedentes dispara na América Latina*. **CNN Brasil**, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-migratoria-sem-precedentes-dispara-na-america-latina>. Acesso em: 30 mai. 2025.

MOYA, J. *Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global*. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 24-68, set.-dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-02004902>. Acesso em: 30 maio 2025.

NATALI, L.; BAILLARGEON, S. *Migração haitiana no Brasil: desafios, estratégias e perspectivas*. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 8, e00128818, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00128818>. Acesso em: 10 jan. 2025.

NADALIN, S. O. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: **Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED)**, 2001.

NOGUEIRA, A. R.; SANTOS, C. R. dos. *Migração haitiana no Brasil: uma análise das condições de vida e trabalho*. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. e0081, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0081>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. Marrakech, 2018. Disponível em: [https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/180713\\_agreed\\_outcome\\_global\\_compact\\_for\\_migration.pdf](https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/180713_agreed_outcome_global_compact_for_migration.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Supporting Durable Solutions to Urban, Post-Disaster Displacement: Challenges and Opportunities in Haiti. Genebra: **OIM**, 2014. Disponível em: [https://www.iom.int/sites/default/files/migrated\\_files/What-We-Do/docs/Supporting-durable-solutions-in-Haiti-Report-Feb-2014.pdf](https://www.iom.int/sites/default/files/migrated_files/What-We-Do/docs/Supporting-durable-solutions-in-Haiti-Report-Feb-2014.pdf). Acesso em: 2 jun. 2025.

PAIVA, C. Á. N. Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu: diagnóstico. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (**CODEFOZ**), 2014.

PARELLADA, C. I. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 1, n. 1, p. 24-42, 2013.

PAVANELLI, N. T. *et al.* **Refugiados e migrantes no Brasil: acesso a direitos e políticas públicas**. Brasília: ACNUR, 2020. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio\\_Refugiados\\_Migrantes\\_Brasil\\_ACNUR.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio_Refugiados_Migrantes_Brasil_ACNUR.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

PEIXOTO, J.; MARQUES, J. C. Dinâmicas migratórias contemporâneas: desafios e oportunidades. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Lisboa, v. 28, n. 55, p. 13-34, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23854/rimhu55.1>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Revista Interações**, Lisboa, v. 5, n. 9, p. 41-66, 2004. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/1647-0893\\_9\\_3](https://doi.org/10.14195/1647-0893_9_3). Acesso em: 10 jan. 2025.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. **Immigrant America: a portrait**. 4. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

PRIORI, Angelo (org.). **História do Paraná** (séculos XIX e XX). Maringá: Eduem, 2012.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4638955/mod\\_resource/content/1/Darcy\\_Ribeiro\\_-\\_O\\_Povo\\_Brasileiro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4638955/mod_resource/content/1/Darcy_Ribeiro_-_O_Povo_Brasileiro.pdf). Acesso em: 22 ago. 2024.

ROCHA, E. P. **Canal de Desvio: os Avá-Guarani e a construção da Itaipu Binacional**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12, n. 2, p. 49-66, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16011/14300>. Acesso em: 22 jan. 2025.

RUA, M. G. **Políticas públicas e administração pública: conceitos fundamentais**. In: Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Brasília: ENAP, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.

SEGUY, F. Haitianos na diáspora: espaço, política e migração. 2012. 270 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – **Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9617/1/arquivo389\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9617/1/arquivo389_1.pdf). Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, J. A. da. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 187, p. 137-154, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/198698>. Acesso em: 30 maio 2025.

SOUZA, A. D. de. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970–2008). 2009. 218 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21102013-162826/publico/2009\\_AparecidaDarcDeSouza.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21102013-162826/publico/2009_AparecidaDarcDeSouza.pdf). Acesso em: 2 jun. 2025.

SILVA, M. A. da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SOUZA, E. B. C. de. **Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina.** *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 103–116, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/download/1198/906/3653>. Acesso em: 2 jun. 2025.

TORRENS, A. C. **Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar.** *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496980>. Acesso em: 2 jun. 2025.

TRUZZI, O.; MONSMA, S. V. Migração internacional, identidade nacional e desafios sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Migratórios**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-62, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-858525484>. Acesso em: 30 mai. 2025.